



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

GABRIELLA ANASTÁCIA FRANQUILIN

REALIDADES E DESAFIOS PARA AS MULHERES, NO PROGRAMA
MINHA CASA, MINHA VIDA (MCMV), EM ITABIRITO,
MINAS GERAIS- 2025

MARIANA- MG

2026

GABRIELLA ANASTÁCIA FRANQUILIN

**REALIDADES E DESAFIOS PARA AS MULHERES, NO PROGRAMA
MINHA CASA, MINHA VIDA (MCMV), EM ITABIRITO,
MINAS GERAIS- 2025**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social pela
Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientador: André Luiz Monteiro Mayer

MARIANA- MG

2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F835r Franquilin, Gabriella Anastacia.

Realidades e desafios para as mulheres, no programa minha casa, minha vida (MCMV), em Itabirito, Minas Gerais, 2025. [manuscrito] / Gabriella Anastacia Franquilin. - 2026.

93 f.: il.: color., gráf., tab., mapa.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Monteiro Mayer.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Capitalismo - Aspectos sociais. 2. Mulheres - Itabirito (MG). 3. Patriarcado - Itabirito (MG). 4. Violência - Aspectos sociais - Itabirito (MG). I. Mayer, André Luiz Monteiro. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.65-055.2(815,1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário CRB6 1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Gabriella Anastácia Franquilin

Realidade e desafios para as mulheres, no Programa Minha Casa e Minha Vida (MCMV), em Itabirito, MG - 2025

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 24 de Fevereiro de 2026

Membros da banca

Dr. André Mayer - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. Verônica Medeiros Alagoano - Universidade Federal de Ouro Preto
AS. Tatiane Katielle Cardoso Gonçalves - CREAS Mariana- MG

André Mayer, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 26/02/2024



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luiz Monteiro Mayer, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 27/02/2026, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1065692** e o código CRC **C682226A**.

Dedico este trabalho a todas as mulheres, em especial àquelas que vivenciam ou vivenciaram situações de violência em suas múltiplas expressões. Às que enfrentaram o abandono paterno, às mães solo que sustentam lares, histórias e resistências e às mulheres que, diante das limitações impostas pelas condições materiais, precisaram interromper ou adiar seus projetos de vida, estudos e trajetórias profissionais. Que esta produção acadêmica seja também um ato de reconhecimento e esperança, afirmando que, mesmo em contextos marcados pela desigualdade, pela dor e pela exclusão, a vida é movimento, possibilidade e reconstrução. Porque a história não é destino e toda mulher carrega em si a potência de transformar sua própria realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me dar força, saúde e perseverança para enfrentar os desafios ao longo dessa caminhada, tornando possível a conclusão desta importante etapa da minha formação. Agradeço, à minha família, que sempre esteve comigo, me oferecendo apoio, incentivo e as orações ao longo de toda a minha trajetória acadêmica. Em especial ao meu padrasto Gervásio que sempre me ajudou e apoiou e à minha mãe Ivanilde, a figura feminina mais importante da minha vida, mulher guerreira e batalhadora que sempre lutou por mim e nunca mediu esforços para que eu pudesse estudar, mesmo diante das dificuldades apresentadas em nosso cotidiano. Ela sempre acreditou em mim e nunca desistiu, mesmo que houvesse momentos na quais eu quis renunciar, ela me sustentou e me levantou. Sua luta foi fundamental para que este sonho se tornasse possível. Agradeço também ao meu companheiro, Lucas, pela paciência, apoio e companheirismo em todos esses anos e como junto comigo abraça essa oportunidade e me mantém firme para vencer esta etapa.

As minhas amigas do curso de Serviço Social, Ana Alice, Nathália, Amanda e Ana Clara, agradeço imensamente por estarem comigo nesta jornada. As trocas, debates, estudos e trabalhos que compartilhamos e os momentos difíceis que estivemos juntas nos apoiando neste processo, tornando tudo mais leve, alegre e significativo. Agradeço ao meu campo de estágio na Prefeitura de Itabirito, onde foi um espaço fundamental de aprendizado, que me proporcionou vivências práticas que contribuíram para a minha formação profissional e para a construção crítica desse trabalho. Em especial, agradeço ao meu supervisor Bruno que foi importante para a minha formação, compartilhando orientações, conhecimentos e vivências que contribuíram significativamente para o meu desenvolvimento enquanto futura assistente social e ao assistente social Everaldo, por todas contribuições e reflexões realizadas até aqui.

Agradeço também à minha terapeuta, Lídia, pelo acolhimento, escuta sensível e pelo apoio fundamental durante este momento, contribuindo de modo significativo para minha saúde emocional e para a continuidade desta caminhada. Agradeço os meus professores da Universidade Federal de Ouro Preto, por todo o conhecimento compartilhado, pelas orientações e reflexões que contribuíram para minha formação acadêmica, ética e política. Ao meu orientador de Trabalho de Conclusão de Curso, André Mayer, agradeço pela disponibilidade, orientações e contribuições ao longo deste

processo, que foram essenciais para a construção e finalização deste trabalho. Por fim, agradeço ao curso de Serviço Social, que me possibilitou uma nova releitura da realidade social, ampliando minha visão de mundo e me transformando não apenas como futura profissional, mas também como pessoa.

*“Esvazia-me os olhos e condena-me à
escuridão eterna... – que eu, mais do que
nunca, dos limos da alma, me erguerei
lúcida, bramindo contra tudo: Basta! Basta!
Basta!”*

Autoria: Noémia de Souza

RESUMO

O presente trabalho teve como embasamentos análises críticas sob a perspectiva histórica, social, racial e econômica com a finalidade de desvendar os processos estruturais do patriarcado que desencadeia a violência de gênero e familiar no contexto brasileiro em foco no município de Itabirito- Minas Gerais. Este trabalho evidencia as desigualdade e particularidades entre os gêneros femininos e masculino em nossa sociedade sob a perspectiva do sistema econômico contemporâneo, O Capital. Também nos traz a análise da realidade das mulheres participantes do programa Minha Casa, Minha Vida, Itabirito-2025 concentrada na Secretaria Municipal de Política Urbana e Habitação, que traz a compreensão com embasamentos teóricos sobre o fenômeno social, como objeto de trabalho do/a assistente social. A partir disso, é possível identificar a dominação e o poder do gênero masculino e a forma que o sistema intensifica a violência contra a mulher, na qual se desdobra em sua realidade de vida e relações sociais, afetando diretamente em todas as esferas da vida, como no âmbito de trabalho, acesso a educação, saúde e a políticas públicas e sociais. Ao longo dos ciclos, é possível notar a falta de autonomia e protagonismo feminino, tanto em seu âmbito pessoal como nas relações da estrutura na qual está integrada. Apesar do capitalismo não ter criado o patriarcado e o machismo, essa estrutura econômica utiliza dessa ação para se articular dentro da sociedade, por meio do uso da sobreposição do gênero masculino sob o gênero feminino. Diante disso, com a pesquisas de algumas bibliografias, dados e censos de órgãos competentes, como também entrevistas realizadas pelos assistentes sociais da Secretaria Municipal de Política Urbana e Habitação, obtive informações necessárias para alimentar este trabalho e para trazer qualificações ao atendimento a esta parcela da população específica, assim trazendo o fortalecimento e a consolidação dos equipamentos socioassistenciais do município que atendem essas mulheres vitimadas pela violência doméstica e familiar. Também a identificação do déficit habitacional com os ônus excessivos que se apresentam na vida das mulheres chefes de família e a falta de moradias para atender as todas as demandas que foram identificadas por meio das entrevistas, como também a necessidade de ampliação de políticas públicas e sociais para essas famílias.

Palavras Chaves: Violência, patriarcado, mulher, capitalismo.

ABSTRACT

This work is based on critical analyses from historical, social, racial, and economic perspectives, aiming to uncover the structural processes of patriarchy that trigger gender and family violence in the Brazilian context, focusing on the municipality of Itabirito, Minas Gerais. This work highlights the inequalities and particularities between the female and male genders in our society from the perspective of the contemporary economic system, Capital. It also analyzes the reality of women participating in the "Minha Casa, Minha Vida" (My House, My Life) program in Itabirito-2025, concentrated in the Municipal Secretariat of Urban Policy and Housing, providing an understanding with theoretical foundations of this social phenomenon as an object of work for social workers. From this, it is possible to identify the domination and power of the male gender and the way the system intensifies violence against women, which unfolds in their life reality and social relations, directly affecting all spheres of life, such as work, access to education, health, and public and social policies. Throughout the cycles, it is possible to notice the lack of female autonomy and protagonism, both in their personal lives and in the relationships within the structure in which they are integrated. Although capitalism did not create patriarchy and sexism, this economic structure uses this action to articulate itself within society, through the use of the superimposition of the male gender over the female gender. Given this, through research of several bibliographies and data from competent bodies, as well as interviews conducted by social workers from the Municipal Secretariat of Urban Policy and Housing, I obtained the necessary information to improve services for this specific segment of the population, thus strengthening and consolidating the municipality's social assistance facilities that serve women who are victims of domestic and family violence. This also includes identifying the housing deficit and the excessive burdens placed on female heads of household, the lack of housing to meet all the demands identified through the interviews, and the need to expand public and social policies for these families.

Keywords: Violence, patriarchy, women, capitalism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 SEXO E MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	12
2.1 <i>O movimento do capital na cena contemporânea: elementos determinantes</i>	<i>12</i>
2.2 <i>O debate sobre a mulher e a violência contra as mulheres, na ordem do capital.....</i>	<i>29</i>
3 A REALIDADE DA MULHER NO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA, EM ITABIRITO, MG- 2025	42
3.1 <i>O debate sobre a mulher e a violência contra as mulheres, na particularidade brasileira.....</i>	<i>42</i>
3.2 <i>Programa MCMV, em Itabirito, MG, 2025.....</i>	<i>56</i>
3.3 <i>Realidade e desafios para as mulheres, no programa MCMV, em Itabirito, MG, 2025.</i>	<i>73</i>
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, representando a conclusão de uma etapa significativa da minha formação acadêmica na Universidade Federal de Minas Gerais, marcada por importantes aprendizados e inquietações que contribuíram para o processo de formação profissional. Desde o início da graduação onde iniciei o contato com a teoria social marxista, situações cotidianas na qual eram vistas como naturais em nossa sociabilidade agora com um novo olhar sob perspectiva crítica, passaram a ser vistas como expressões da Questão Social. Essa criticidade ampliada me trouxe a percepção da realidade dura da classe trabalhadora, em ênfase mulheres que já sofreram ou sofrem alguma forma de violência doméstica e familiar.

A entrada em campo de estágio na Secretaria de Política Urbana e Habitação (SUPU-BH), na qual inicio a minha atuação profissional como estagiária, me propiciou o contato e a vivência com familiares requerentes da política habitacional Minha Casa, Minha Vida, Itabirito- Minas Gerais, onde me deparei com um grande número de mulheres que sofrem ou já sofreram violência doméstica e/ou familiar. Foi possível compreender junto a prática e a teoria a realidade de vida dessas mulheres, como a sociedade patriarcal e capitalista rebate em seu cotidiano e o modo que contribui para que esse sistema continue se perpetuando.

Por este motivo, o tema deste trabalho foi escolhido, o qual me despertou a necessidade de analisar profundamente uma das diversas expressões da Questão Social que se apresentam em nossa vida diária. “Essas formas de agressão são complexas, perversas, não ocorrem isoladas umas das outras e têm graves consequências para a mulher. Qualquer uma delas constitui ato de violação dos direitos humanos e deve ser denunciada” (IMP, 2003).

Para isso, é imprescindível compreender o sistema capitalista e a forma como ele se manifesta na sociedade, contribuindo para a precarização das condições materiais de vida e para a intensificação da violência nas relações humanas e sociais. Sendo necessário destacar que o sistema capitalista se desdobra de diversas formas, assim, mesmo que o Homem sofra com os efeitos do capitalismo, devido sua forma de poder e dominação pelo seu gênero masculino ele impõe seu poder sob o corpo feminino. A violência contra a mulher se institucionaliza em relações interpessoais e ocorrem em diversos âmbitos, percebe-se então o benefício e privilégio masculino diante da sociedade, a qual toma o

poder e controle social das relações, do outro lado a mulher, como um gênero dominado em ação limitada, sendo ligadas às esferas domésticas e reprodutivas.

Homens, como um grupo, são quem mais se beneficiaram e se beneficiam do patriarcado, do pressuposto de que são superiores às mulheres e deveriam nos controlar. Mas esses benefícios tinham um preço. Em troca de todas as delícias que os homens recebem do patriarcado, é exigido que dominem as mulheres, que nos explorem e nos oprimam, fazendo uso de violência, se precisarem, para manter o patriarcado intacto. (HOOKS, 2018, p.13).

A violência de sexo e/ou doméstica, é uma forma de controle e domínio sobre o corpo feminino. Para isso foi criada a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que tem como objetivo a prevenção e o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. A legislação prevê medidas de proteção e de apoio às mulheres em situação de violência, garantindo o acesso a serviços de defesa, proteção e assistência judiciária, fortalecendo a autonomia da mulher. Antes de sua criação a violência contra a mulher era tratada como potencial inofensivo, não havendo legislações concretas para punir estes crimes.

A Lei Maria da Penha prevê cinco tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo elas: física, moral, sexual, psicológica e patrimonial, conforme Capítulo II, art. 7º, incisos I, II, III, IV e V. Conforme a ONU (Organização das Nações Unidas), a Lei Maria da Penha é uma das mais avançadas que existem, devido a criação das medidas protetivas de urgência e equipamentos para que as mulheres acessem, como a delegacia especializada de atendimento à mulher, casas abrigos, entre outros.

É importante que se diga que a Lei Maria da Penha não pode ser tratada apenas como uma via jurídica para se punir os agressores. Isso porque ela também traz em seu texto o conceito de todos os tipos de violência doméstica e familiar; insere a criação de políticas públicas de prevenção, assistência e proteção às vítimas; prevê a instituição de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; institui as medidas protetivas de urgência; e estabelece a promoção de programas educacionais com perspectiva de gênero, raça e etnia, entre outras propostas. Todos esses dispositivos intensificam uma rede integrada de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, além de atenderem às recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para o caso Maria da Penha Maia Fernandes. Mais do que uma alteração da legislação penal, a Lei n. 11.340/2006 representa um importante instrumento legal de proteção aos direitos humanos das mulheres para uma vida livre de violência. (IMP, 2023).

Então, neste trabalho, é possível identificar que a violência doméstica atravessa em intensidade as mulheres mais pobres, pretas e em qualquer idade. Mulheres em

situação de violência doméstica, na maioria das vezes, passam longos períodos tentando evitar novas agressões como forma de garantir sua própria proteção e a de seus filhos. A permanência junto ao agressor não ocorre por escolha ou conivência com a violência, mas está relacionada a fatores como o medo, a dependência econômica e a ausência de uma rede de apoio efetiva. Nesse sentido, qualquer mulher pode, em algum momento de sua vida, ser vítima desse tipo de violência.

Essa realidade está relacionada à estrutura patriarcal presente no sistema capitalista, que historicamente coloca as mulheres em posições de subordinação, na qual naturaliza as desigualdades de gênero e reforça a dependência econômica e social feminina. Tais elementos contribuem para a manutenção da violência doméstica e familiar, ao mesmo tempo em que dificultam o rompimento com ciclos de agressão.

Com o exposto acima, esse trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica em que analisa diversas obras de autoras mulheres e mulheres pretas, com o foco em identificar o contexto histórico do patriarcalismo e a forma que se reverbera no cotidiano de mulheres brasileiras, onde é mostrado as formas de poder e domínio do homem por meio do machismo e da violência e como o capitalismo usa dessas ações para se articular nas relações humanas.

Se faz necessário o estudo acerca da violência de sexo como forma de uma das diversas formas de expressão da Questão Social na ordem capitalista, tendo como objetivo analisar as particularidades da violência contra a mulher dentro do contexto da Política Habitacional, Minha Casa, Minha Vida, Itabirito, Minas Gerais, visto que é uma política pública na qual o profissional do Serviço Social está inserido.

Este trabalho em seu primeiro capítulo apresentará uma análise a respeito da estrutura econômica capitalista, citando fases como os “anos dourados” e a crise estrutural junto as diversas formas que o sistema busca para neutralizar e reverter essa crise, soluções como a financeirização entre outras questões que causa a extrema pobreza da população brasileira. Resgatando assim, elementos que compõe o capitalismo e estigmatiza as relações humanas e sociais.

Ainda no primeiro capítulo, inicia-se a análise da violência contra a mulher dentro desse sistema capitalista, discussões relacionadas ao gênero dentro deste contexto econômico e a cultura patriarcal ampliada pelo capital, trazendo elementos que marcam a violência de sexo e doméstica/familiar, se tornando uma expressão da Questão Social,

objeto de estudo e trabalho do/a assistente social e mostrando quais contextos históricos, sociais e econômicos se expressam na violência contra a mulher.

Já em seu segundo capítulo, é apresentado o debate sobre gênero e violência contra as mulheres na realidade brasileira, com análise aprofundada nas diversas formas de violências cometidas na ordem do capital no contexto brasileiro. A violência contra a mulher é uma das mais graves expressões de desigualdade, fenômeno que está enraizado no contexto histórico de nosso país. Esta análise nos trará o olhar as atribuições cometidas para a mulher e o homem nas relações sociais, na qual são intensificadas com fatores de raça, pobreza, desigualdades regionais e precarização de políticas públicas.

Para este estudo serão utilizados mulheres com grandes bibliografias, censos e dados concretos conforme IBGE, assim como de outros órgãos competentes. Ainda no segundo capítulo apresenta-se a Política Pública Habitacional, Minha Casa, Minha Vida, Itabirito Minas Gerais 2025, no âmbito da Secretaria Municipal de Política Urbana e Habitação do município de Itabirito (SUPUBH), apresentando o marco histórico do início de sua implantação no Brasil até os dias atuais e suas diretrizes.

Por fim, a discussão deste segundo capítulo se finda na articulação e discussão teórica da realidade e desafios para as mulheres participante desse programa municipal locado no município de Itabirito no ano de 2025, trazendo a realidade e desafios das mulheres e famílias requerentes desta política pública, com dados e relatos reais destas mulheres. Será apresentado a correlação do estudo bibliográfico e os dados de acordo com o objeto de estudo apresentado.

As coletas de dados foram realizadas por meio do instrumental entrevista, questionários, relatórios e indicadores sociais, que foram realizados para conhecer as famílias requerentes com o objetivo de nos aproximar das diversas realidades apresentadas e para o estudo socioeconômico para uma futura seleção das famílias beneficiadas para as unidades habitacionais.

2 SEXO E MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O capitalismo contemporâneo inicia-se nos anos setenta do século XX, em que, seu surgimento consiste em uma hegemonia de monopólios, sendo considerado o terceiro estágio do imperialismo. Com a crise do capital que retoma no fim dos anos sessenta e setenta, ocorre o fim dos “anos dourados”. Neste momento o capital monopolista vem com novas respostas e articulações para a recuperação da crise, trazendo mudanças sociais, políticas e econômicas.

Meszáros indicava que o sistema de capital (e, em particular, o capitalismo), depois de vivenciar a era dos ciclos, adentrava em uma nova fase, inédita, de crise estrutural, marcada por um continuum depressivo que faria aquela fase cíclica anterior virar história. Embora pudesse haver alternância em seu epicentro, a crise se mostra longa e duradoura, sistêmica e estrutural. E mais, demonstrava a falência dos dois mais arrojados sistemas estatais de controle e regulação do capital experimentados no século XX(...) (MESZÁRIOS, 2009, p.10).

Os anos dourados, “onda longa de expansão econômica” (BRAZ, 2006), se ingressa durante os anos sessenta e setenta, onde acontece o crescimento na taxa de lucro e o desenvolvimento econômico. A desigualdade social já era iminente neste contexto, porém, como respostas haviam promessas de desenvolvimentismo para superar o subdesenvolvimento de áreas periféricas, proteção social, entre outros.

O Keynesianismo e o fordismo-taylorismo consolidam o capitalismo neste período, com a intervenção estatal e a produção em larga escala que se expande de forma incontrolável, gerando grande lucro e aumento da economia mundial, porém, causando a pauperização das classes subalternas. Com o domínio desta economia havia ainda algumas crises, entretanto, seriam crises cíclicas com ascendência de períodos longos de prosperidade econômica.

2.1 O movimento do capital na cena contemporânea: elementos determinantes

No cenário do capitalismo contemporâneo há diversas discussões a respeito da crise do capital. Houveram crises financeiras, bancárias, global e entre outras, onde essa análise levaram ao conhecimento dos fundamentos sistêmicos e estruturais da crise do capital. Um dos principais autores que analisou a crise estrutural do capital foi István Meszáros, que desde 1960 vem descortinando a crise que se consolidava em sistema global.

Conforme Meszáros em “*A crise estrutural do capital*”, um dos principais motivos para a crise estrutural seria o modo de funcionamento do sistema socio metabólico, devido à grande expansão do capital de forma incontrolável que vem se estabelecendo, além das grandes destruições que se alavancam com esse capital desproporcional. A valorização do capital atinge diretamente as relações sociais, humanas e naturais, gerando a precarização do trabalho, além do desemprego, trazendo o exército de reserva e a destruição ambiental.

A forma de uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente, o que o recoloca como imperativo vital de nossos dias, dado o espectro da destruição global, a busca de uma alternativa societal visando a construção de um novo modo de produção e de um novo modo de vida cabal e frontalmente contrário a lógica destrutiva do capital hoje dominante (MESZÁROS, 2009, p.12).

Portanto, estes ciclos de crise e expansão do capital conformam e consolidam o capitalismo em nossa sociedade por longos períodos históricos. Com as crises estruturais que surgem em 1968, 1973, 2008 e 2009 as alienações no sistema capitalista bem como estranhamentos, segregação urbana e social, coisificação, perda de direitos trabalhistas, opressões e preconceitos de gênero, raça/etnia surgiam em maior evidência, se intensificando na sociedade brasileira para que se consolide e valorize o capital.

Conforme István Meszáros, as origens da crise iniciam em 1960 chamada de “crise estrutural do capital”, na qual surge após um período de “era gloriosa” que era o estado de bem estar social. A crise trouxe a necessidade de reestruturação produtiva do capital, fortalecendo o enriquecimento das classes ricas e a propriedade privada, em contradição, traz à crescente pobreza e pauperização das classes pobres e subalternas.

Meszários compreende a estrutura da crise em três etapas: diferenciação de capital e capitalismo e o “sistema de metabolismo social do capital”. Para o autor, o capital antecede o capitalismo, como por exemplo o capital mercantil, ele analisa que o capital se atualizou aos tempos modernos sendo chamado de “sistema de capital pós- capitalista”, já o capitalismo é um sistema ou estrutura para estabelecer este capital. Para ele, este “sistema de metabolismo social” é constituído por “capital, trabalho assalariado e Estado”, concluindo que para o fim deste sistema só será possível com o fim deste tripé do sistema sociometabólico.

Percebe-se, então, a dificuldade e a complexidade da busca pela superação do sistema de metabolismo social do capital. Seu viés é expansionista, visto que seu *modus operandi* é conformado centralmente para a extração sempre crescente de mais-valor, e

destrutivo, pelo sentido ilimitado de seus movimentos, o que o torna, ao fim e ao cabo, incontável. (ANTUNES, 2022, p.18).

A produção social dentro deste sistema se integra a autorreprodução do capital, como também o desenvolvimento de desemprego, crimes ambientais e desigualdades de classes. Uma análise importante para a autorreprodução é o tempo útil das mercadorias serem menores que o valor de uso, pois, quanto menor for a durabilidade do produto, maior será sua produção para distribuição, valorizando assim o seu valor. A força de trabalho também entra nesta questão, pois, como ela é uma mercadoria ela adere a essa “tendência decrescente do valor de uso das mercadorias”. Esse sistema tornou o trabalho instável, e como o trabalho é necessário para a produção de capital o sistema dilui as condições de trabalho para enfraquecê-lo.

A devastação das condições trabalhistas ocorre no período da financeirização junto a globalização do capital, que surgem como formas de fetichismo do capital para uma maior acumulação. Essas duas condições evidenciam corporações que concentram uma grande parte da riqueza mundial, em contrapartida, a exploração da força de trabalho das classes mais pobres. O aumento da terceirização e trabalhos análogos a escravidão, surgem como nova modalidade de exploração do trabalho. A uberização, também surge como forma de informalizar e explorar o trabalho, que reforça a precarização, desemprego, os avanços tecnológicos acelerados (IA, automação,) e novos métodos de produção, que eliminam a força de trabalho e reforça assédios e acidentes no local de trabalhos sem amparação de benefícios trabalhistas, trabalhos estes que estão se expandindo em formatos digitais.

Na fase atual, as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) encontram-se plenamente incorporadas e subordinadas às relações capitalistas em sua expressão mais destrutiva, esse quadro tem se agravado de forma significativa a esse cenário de devastação. Desse modo, o principal “segredo” das plataformas digitais é a metamorfose das relações de trabalho, na qual trabalhadores e trabalhadoras passam a ser enquadrados como prestadores de serviços autônomos.

Nestes tempos de crise estrutural e destruição, a melhor imagem dessa formação societal é a de uma totalidade completamente deformada. No topo, o capital financeiro (desde o capital fictício até aquele que controla a produção), que concebe o trabalho estritamente como "custo". Como o avanço informacional-digital é um relógio que não para de rodar, sua destrutividade se intensifica a cada momento, tornando a força de trabalho global cada vez mais descartável e supérflua. (ANTUNES, 2022, p.20).

Essa condição de trabalho possibilita a evasão da legislação trabalhista vigente nos países. Para a efetivação desse processo, elas frequentemente contam com a subordinação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o que contribui para sua elevada lucratividade. Nesse contexto, para a classe trabalhadora desempregada, o trabalho uberizado, é muitas vezes, uma das poucas alternativas disponíveis para escapar do desemprego. Após estes ciclos, Meszáros relata que o capital inicia uma nova etapa, a chamada crise estrutural.

A reprodução da força de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais aos quais se vende, constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado. (MARX, 2023, p. 452).

A partir dos anos setenta a taxa de lucro inicia o seu declínio, e o crescimento econômico chega ao fim, encerrando assim os anos dourados. Para enfatizar este momento do declínio do capital democrático, também ocorre questões sociopolíticas, como organizações sindicais que questionavam melhorias salariais e o repúdio aos moldes de produção fordistas que traziam péssimas condições de trabalho aos trabalhadores das grandes indústrias. “A onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas (NETTO, BRAZ, 2006, p. 214)”.

Com a queda da taxa de lucro – a crise do capital – o capital monopolista cria respostas à crise, visto que, já no início do século XXI, tais respostas não solucionava verdadeiramente a crise que permanece e o crescimento econômico manteve-se estático, todavia, as taxas de lucros retornaram a sua crescente, sucedendo a restauração do capital, sintetizada na articulação da financeirização, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva. “Todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho (NETTO, BRAZ, 2006, p. 218).”

No capitalismo contemporâneo, de forma expoente o capital vem abraçando todas as estruturas. A indústria cultural se expandiu, se alargando em potências de saúde, culturas, esportes, entretenimento, junto às indústrias de produção e os serviços, em que, tudo está sob o controle do capital, tendendo a seguir pela acumulação e concentração.

Com estilo padronizado das indústrias mecanizado e devido a divisão e fragmentação do trabalho, estes serviços seguem o raciocínio da lógica industrial e se permeiam nas estruturas sociais atuais.

A ascendência do capital se ingressa em grande domínio pelo avanço das tecnologias e engenharias das maquinarias. A biotecnologia garante o aumento de indústrias e assim da produção e seus materiais. Deste modo, o capital domina de forma impetuosa, assegurando novas formas de se expandir como também, de reduzir seus custos, trazendo um poder de concentração, acumulação e a garantia de articulações e concentração de poder econômico e político. Estas grandes indústrias e empresas se tornam oligarquias, que, com poder político e econômico conseguem operar em agências e instituições, como: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização das Nações Unidas, propondo interesses da elite oligárquica.

A concentração do poder econômico conduziu e está conduzindo a uma enorme concentração do poder político. Aqui, claramente, revela-se o caráter antidemocrático do capitalismo e, em especial, do capitalismo monopolista, ao mesmo tempo em que desqualifica a política, ladeando as instâncias representativas (parlamentares, assembleias legislativas) ou nelas fazendo sentir o peso do seus hobbies, essas “elites orgânicas” do grande capital — empresários, executivos, analistas, cientistas, engenheiros — realizam a sua política, tomando decisões estratégicas que afetam a vida de bilhões de seres humanos, sem qualquer conhecimento ou participação destes. E não é preciso dizer da característica corrupta dessa política. (NETTO, BRAZ, 2006, p.224).

A natureza do capitalismo contemporâneo se contrapõe a limites e controles. Sua estratégia se cumpre com o rompimento das questões sociopolíticas, reprimindo conquistas da classe trabalhadora e seus direitos, para além da força de trabalho, na qual interfere diretamente na desregulamentação das atividades realizadas economicamente. Como forma de fomentar sua progressão, o capital utilizou de ideologia neoliberal (tese conservadora e de articulações de propósitos privativos, ideia que surge de um economista do século XX, F. Hayek).

Realmente, o capitalismo contemporâneo particulariza-se pelo fato de nele, o capital está destruindo as regulamentações que lhe foram impostas como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras. A desmontagem (total ou parcial) dos vários tipos de Welfare State é o exemplo emblemático da estratégia do capital nos dias correntes, que prioriza a supressão de direitos sociais arduamente conquistados (apresentados como “privilégios” de trabalhadores) e a liquidação das garantias ao trabalho em nome da “flexibilização” já referida. (NETTO, BRAZ, 2006, p. 226).

O primeiro alvo do neoliberalismo foi a neutralização do Estado, o intervindo para que seja reformado (no sentido do capital, a reforma seria uma ação de contra reforma, havendo a redução da garantia de direitos sociais). Esta ideologia neoliberal traz a necessidade de diminuir a intervenção do Estado nas estruturas da sociedade, clamando um Estado Mínimo, visto que, não é possível excluir totalmente as atividades estatais. Este Estado seria mínimo apenas para garantir os direitos sociais, entretanto, iria potencializar e maximizar o poder econômico do capital.

O grande ataque das ações capitalistas às estruturas do Estado foi a flexibilização das relações de trabalho e partiu em seguida a privatização das atividades de seguridade social, trouxe o processo de privatização de grandes empresas para atividades de exploração e lucro do capital. Este movimento traz uma globalização do capital que tem a liberdade para que o fluxo de capital não se limite por qualquer que seja o motivo.

Este fluxo econômico esteve em ascendência desde o capitalismo imperialista. Nesta fase do capitalismo contemporâneo ele se ampliou ainda mais, porém, com particularidades próprias de sua fase. Houve crescimento nas interações comerciais entre países centrais, há também trânsito comercial de grande escala entre países imperialistas, a chamada Tríade (Estados Unidos, União Europeia e Japão), os grandes monopólios mundiais. Outro fator importante nesta mudança é a composição de blocos supranacionais, onde ocorre normas próprias para transições geoeconômicas, havendo diversas articulações de blocos econômicos. Entretanto, uma das principais mudanças na estrutura do capitalismo contemporâneo é a financeirização do capital, este novo modelo traz a concentração de capital no sistema bancário, buscando a acumulação e a queda da taxa de lucro.

O sistema capitalista apenas produz em caso de retorno de lucro. Para essa compreensão, trazemos esta análise — Uma certa fonte de capital dispõe do capital-dinheiro, parte deste dinheiro é investido na produção (força de trabalho constante e força de trabalho variável), outra parte segue na circulação buscando a valorização do capital. Conforme cita-se no livro *“Economia Política”*, a circulação não gera valor, todavia, os valores se expressam neste momento.

No movimento do capital verificamos que ocorre — a saída da circulação (D) e seu retorno a ela (D'). O capital acrescido na produção é valorizado na circulação, portanto,

seu valor é acrescido durante este processo. Com isso, a mais-valia deduzida dos juros é garantida durante o processo da produção.

A existência de uma certa massa de capital sob a forma de capital dinheiro é indispensável à dinâmica do capitalismo e essa massa é remunerada através de juros. À medida que o capitalismo se desenvolveu, um segmento de capitalistas passou a viver exclusivamente desse capital que conservaram sob forma monetária — trata-se da camada de capitalistas rentistas, que não se responsabilizam por investimentos produtivos. O que vem se passando no capitalismo contemporâneo é o fabuloso crescimento (em função da superacumulação e da queda das taxas de lucros) dessa massa de capital dinheiro que não é investida produtivamente, mas que succiona seus ganhos (juros) da mais-valia global — trata-se, como se vê, de uma sucção parasitária. (NETTO, BRAZ, 2006, p.231).

Este processo no capitalismo contemporâneo é nomeado como capital fictício (títulos e ações que possuem valor, porém, não valores em si mesmo), que apenas representa um título que lhe dá garantia de acesso ao valor materializado. A financeirização do capital tornou-se de forma especulativa, em que, acionistas e rentistas possuem um valor imaginário investido no mercado financeiro, que por vezes em situações de crises, se tornam crises reais e não “imaginárias”. Esse capital fictício junto aos juros traz uma grande riqueza aos rentistas, constituindo o sistema capitalista contemporâneo.

Este mercado da financeirização traz instabilidades no sistema econômico, para além disso, surgem assim as dívidas externas de alguns países. O progresso do capital na globalização trouxe uma crescente na Questão Social, onde o número de pessoas desempregadas ou empregadas em trabalhos precarizados é resultado de diversas formas de exploração desse sistema instaurado de forma mundial no capitalismo contemporâneo.

O capitalismo acumula capital através da exploração do trabalho. Durante o processo do trabalho o capital é acrescido, sendo de forma variável a sua transição neste período. Ademais, o capital está em grande movimento para garantir esse valor acrescido. Uma nova forma de aderir capital para além de investimentos em produção, é o empréstimo do dinheiro com retorno de juros acrescido. A taxa de juros é definida entre os rentistas que fazem o empréstimo e aqueles que dão o empréstimo, a depender do valor e número de pessoas que prestam o empréstimo os juros diminuem, assim, os juros se tornam a mais-valia neste mercado financeiro.

De forma ilusória este capital é visualizado como dinheiro gerando mais dinheiro sem a exploração e a intervenção do trabalho, tornando cada vez mais frequente o fetichismo do capital. Conforme “*O Capital*” de Marx, onde ele analisa e nos apresenta o processo da mercadoria se tornando em capital e logo mais em mais-valia surgindo a reprodução ampliada que parte para a capacidade de acumulação. Todo este exercício leva em conta a exploração da força de trabalho, desenvolvendo o sistema de crédito e o capital portador de juros.

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem, portanto, de encontrar no mercado de mercadorias o trabalhador livre, e livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho. (MARX, 2023, p. 181).

Para Marx, o dinheiro é uma forma de mercadoria que estabelece relações entre os mercadores e produtores dando valor aos produtos. Nestas relações surge o crédito, quando em suas transições não há a troca da mercadoria pelo dinheiro naquele momento onde o comprador vira uma forma de credor. O dinheiro possui duas formas neste processo. Este processo de circulação do dinheiro está diretamente relacionado à circulação de mercadorias, enquanto na forma de pagamento a circulação se dá de forma autónoma. De modo geral, podemos dizer que o crédito está dentro e é necessário durante a troca de mercadorias, enquanto o preço está interligado a realização da produção da mercadoria.

A metamorfose total de uma mercadoria envolve, em sua forma mais simples, quatro extremos e três personae dramatis [atores]. Primeiramente, o dinheiro se defronta com a mercadoria como sua figura de valor, que, no além, no bolso alheio, possui sólida realidade material [sachlich]. Desse modo, um possuidor de dinheiro se defronta com o possuidor de mercadorias. Assim que a mercadoria se converte em dinheiro, este se torna a forma de equivalente evanescente daquela, cujo valor de uso ou conteúdo existe no aquém, nos corpos das outras mercadorias. Como ponto de chegada da primeira mutação da mercadoria, o dinheiro é, ao mesmo tempo, o ponto de partida da segunda mutação. Assim, o vendedor do primeiro ato torna-se comprador no segundo, onde um terceiro possuidor de mercadorias confronta-se com ele como vendedor. Os dois movimentos inversos da metamorfose da mercadoria formam um ciclo: forma-mercadoria, despojamento da forma-mercadoria, retorno à forma-mercadoria. (MARX, 2023, p. 146).

Segundo Marx, o capital geral se dá por meio do ciclo de $D - M \dots P \dots M' - D'$. No capitalismo contemporâneo as mercadorias e o dinheiro se sustentam de formas autónomas o que gera o surgimento de muitas indústrias que concentram um grande

volume de capital. No início do ciclo de produção, um capitalista investe o dinheiro (D) para compra de produtos e mercadorias (M), que são feitas nos meios de produção (Mp) e pela força de trabalho (Ft), não ocorrendo alterações na constituição do valor. Agora, com o capital portador de juros há um novo ciclo do capital: $D-D-M \dots P \dots M' \rightarrow D' \rightarrow D'$. Neste ciclo o D é o capital inicial que com o dinheiro emprestado possui um dividendo, ao realizar o pagamento desta dívida, ele devolve o dinheiro com um valor adicional (os juros), representando a mais-valia neste processo.

Mas o que realmente diferencia entre si os dois ciclos M-D-M e D-M-D é a ordem invertida de sucessão das mesmas fases antitéticas de circulação. A circulação simples de mercadorias começa com a venda e termina com a compra, ao passo que a circulação do dinheiro como capital começa com a compra e termina com a venda. Na primeira, o ponto de partida e de chegada do movimento é a mercadoria; na segunda, é o dinheiro. Na primeira forma, o que medeia o curso inteiro da circulação é o dinheiro; na segunda, é a mercadoria. Na circulação M-D-M, o dinheiro é, enfim, transformado em mercadoria, que serve como valor de uso e é, portanto, gasto de modo definitivo. Já na forma contrária, D-M-D, o comprador desembolsa o dinheiro com a finalidade de receber dinheiro como vendedor. Na compra da mercadoria, ele lança dinheiro na circulação, para dela retirá-lo novamente por meio da venda da mesma mercadoria. Ele liberta o dinheiro apenas com a ardilosa intenção de recapturá-lo. O dinheiro é, portanto, apenas adiantado³. Na forma M-D-M, a mesma peça monetária muda duas vezes de lugar. O vendedor a recebe do comprador e a passa a outro vendedor. O processo inteiro, que começa com o recebimento de dinheiro em troca de mercadoria, conclui-se com o dispêndio de dinheiro por mercadoria. O inverso ocorre na forma D-M-D. Aqui não é a mesma peça monetária que muda duas vezes de lugar, mas a mesma mercadoria, e o comprador a recebe das mãos do vendedor e a passa às mãos de outro comprador. (MARX, 2023, p. 169).

Anteriormente ao sistema capitalista, a forma de troca entre mercadorias se dava através de ouro ou prata, pagamentos que não eram efetuados naquele momento realizava-se o câmbio— títulos de dívida, (uma forma de pagamento como o crédito atual). O mercador entregava ao credor um documento que constava esta dívida, vindo futuramente a ser reconhecido como “notas bancárias”, que começou a circular na economia local naquele momento.

Algumas instituições armazenavam estas letras de câmbio e os metais preciosos que conquistaram nas trocas de mercadorias, e a partir disso, empregou-se o empréstimo a juros, uma espécie de capital fictício nos dias atuais. Nesta narrativa do credor e dos juros, as transações bancárias ocorrem sem de fato ter um dinheiro físico, apenas em

forma de depósitos ou transações entre bancos. Essas transações podem ser de saldo negativo ou positivo a depender de demandas de entrada ou saída do saldo.

Quando o banco empresta para alguém, ele não recorre a certo montante de dinheiro presente em seus cofres. Em vez disso, ele “credita” na conta do tomador de empréstimo o valor requerido e, enquanto a dívida não é paga, pode emitir “promessas de pagamento” para honrar suas operações diárias. Essas “promessas de pagamento” nada mais são do que notas bancárias—bilhetes de papel, emitidos pelo próprio banco—nas quais estava dito que o banco emissor assegurava o pagamento de certo montante de libras esterlinas quando tal nota fosse apresentada em seus caixas. (NETTO, BRAGA, 2021, p.95).

Por este motivo os bancos centralizavam as contas correntes existentes, para que fossem realizadas as relações de crédito das transações bancárias. Neste período era comum a quebra dos bancos devido à alta demanda de pessoas que sacavam seu dinheiro, assim as reservas se reduziram e os bancos quebravam. Como solução, buscou-se a centralização e acumulação de diversos bancos para apenas um banco, o Banco Central.

Com a ascensão do sistema financeiro de crédito, o dinheiro de forma fictícia se transita entre os bancos e se acumula devido a concentração dentro das empresas bancárias, mediando e regulando as transações, além disso, os bancos realizam a mudança das circulações restante em valor aplicado, que proporciona lucro através dos títulos emitidos pelo governo como forma de endividamento. Um dos principais capitais fictícios também é o Capital Bancário, que são títulos ou ações de propriedade de acionistas e bancários, dentro que, os bancos realizam empréstimos através destes rendimentos que são aplicados.

O Tesouro Nacional emite títulos de dívidas onde se constitui a dívida pública. Em tempos passados, alguns governos e estados tomavam empréstimos, como garantia recebiam títulos de dívida como forma de comprovação desses empréstimos. Estes empréstimos serviam como forma de investimentos ou prestação de serviços que integravam a acumulação de capital.

Atualmente, no contexto brasileiro, todo excedente que surge nos bancos é direcionado para compra de títulos públicos ou privados, que está supervisionado pelo Banco Central do Brasil (BCB). Uma das principais operações realizadas são chamadas “compromissadas e negócios de overnight”, ocorrendo o empréstimo de dinheiro dessas

instituições para o governo, transferindo assim um lucro do Estado para essas instituições onde redobra sobre a população brasileira maior fonte de contribuição de impostos.

Tais particularidades do capital podem ser organizadas de formas jurídicas, como empresas ou sociedade por cotas, desta forma, o capital é retratado por ações. As empresas negociam e investem nas bolsas de valores obtidas como capital aberto. Essas ações podem ser vendidas ao rentistas e sócios, em que os lucros acumulados de uma empresa são divididos entre estes, chamados de dividendos, sendo divididos entre as ações presentes.

Cada empresa possui uma forma diversa de tipos de ações, e pelo preço das ações que são negociadas, são apreciados os valores das empresas e ações. Isto indica os capitais fictícios na bolsa de valores. Do mesmo modo, uma baixa no preço das ações, que pode ocorrer devido às crises, traz uma redução na riqueza destes acionistas. Possui também os chamados derivativos, surgindo como os títulos consequentes de outras mercadorias e títulos. Estes derivativos são negociados no sistema mercantil onde traz a redução de transferência de riscos e constituindo campos de aplicações especulativas.

O sistema monetário atual foi construído por meio da centralização em torno do Banco Central (BC). A circulação do capital passou a ser ligado a contas específicas sendo convertidas em moedas confiáveis. Sua emissão é decorrente do movimento do capital condicionado à expansão da base monetária, sendo um dos principais movimentos dos BCs. Isso traz o acréscimo da acumulação de capital fictício. O sistema bancário inicia o financiamento de atividades produtivas, como também especulações no sistema financeiro. As BCs contribuem para o combate inflacionário e a busca do aumento da economia. Especialmente no Brasil, a BC é atribuída para o controle monetário e da estabilidade da moeda por meio da política monetária de metas de inflação.

O principal instrumental que o Banco Central do Brasil (BANCEN) utiliza para realizar tais controles monetários é a taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), ela é aumentada ou diminuída a depender do nível de inflação determinada pela política de metas de inflação. Sua grande importância é devido a definição de valores dos títulos da dívida pública e de aplicações financeiras da clientela bancária.

Com a articulação comercial aberta, e com as taxas de juros em níveis altíssimos, trouxeram a desindustrialização na economia brasileira, visto que, as operações

compromissadas eram feitas em mercado aberto realizado pela BACEN, onde as empresas e instituições compram e vendem títulos de dívida pública. Este processo também trouxe a necessidade do retorno de um sistema produtivo agropecuário e extrativista.

Como o sistema da dívida pública foi e continua sendo um pilar desse sistema de crédito, e como a financeirização capturou os Estados nacionais aos processos de produção e de circulação do capital fictício, os Bancos Centrais se revelam como um dos principais responsáveis pela manutenção da estrutura de funcionamento do moderno sistema de crédito. Assim, podemos compreender o verdadeiro sentido da reivindicação da dita autonomia ou independência do Banco Central por parte dos capitalistas e de seus porta-vozes nos meios de comunicação e nas universidades: trata-se de autonomia em relação a qualquer tipo de reivindicação popular, para que estejam plenamente submetidos às exigências da reprodução do capital e do seu processo de financeirização. (MELLO, NAKATANI, 2021, p. 142).

Para ressaltar as análises de Marx, é de suma importância retornar ao início. Para esta compreensão temos que ter em mente as particularidades do capitalismo contemporâneo, sendo elas: transnacionalização da produção, crescimento elevado dos mercados financeiros e endividamento público e pra finalizar, o aumento das crises. Nos anos de 1970 o capitalismo já apresentava suas contradições junto as crises de estagnação econômica e inflação eminente, além das manifestações populares contra o sistema imposto naquele momento. Com isto, o capitalismo rebateu de forma intensa contra políticas públicas, avançando a favor da precariedade empregatícias, aumento da exploração da classe trabalhadora e destruição das políticas de bem-estar social, trazendo a abertura comercial e privatização de instituições e empresas.

Nesta circunstância, várias corporações buscavam força de trabalho e insumos baratos em países subdesenvolvidos e de legislações manipuláveis para extrair uma maior mais-valia de sua produção. “Foi assim que parte da produção mundial foi dispersada por vários países, e muitas vezes uma mercadoria montada na China, Índia ou na Indonésia passou a receber componentes vindo de dezenas de países. MELLO, NAKATANI, 2021, p.146”.

O crescimento destas corporações exigiu investimentos em estruturas e estabilidade em seu fluxo de mercadorias e em seu financeiro para que pudesse alcançar em escala global. Com isto, surge o sistema de crédito, em contexto geral, que, abrange toda esta forma de produção. Para Marx, esse sistema de crédito em parte contribui para o crescimento de capital portador de juros e capital fictício, o que gera crises econômicas

que agravam todas as estruturas. No capitalismo contemporâneo, grandes multinacionais buscam os meios especulativos para se equilibrar em função das baixas taxas de lucro.

Nesse mesmo sentido, dados do Global Debt Monitor (o Observatório da Dívida Pública Global), do Instituto de Finanças Internacionais, estimam que a taxa de endividamento bruto em relação ao Produto Nacional Bruto (PNB) mundial elevou-se, globalmente, de 320% em 2019 para 356% em 2020 (IFF-20210. Ou seja, o montante das dívidas globais é mais de 4,5 vezes maior do que o PNB mundial. (MELLO, NAKATANI, 2021, p. 149).

A acumulação capitalista tem a tendência em produzir crises cada vez maiores, além do sistema de crédito que eleva a especulação e a produção comercial. O capital fictício e o portador de juros criam formas do fetichismo para se alcançar a produção de mais-valia, trazendo o desenvolvimento do mercado mundial, entretanto, evidenciando altíssimas crises eminentes. “Assim o sistema de crédito tende a transformar a mola propulsora da produção capitalista, o enriquecimento pela exploração do trabalho alheio, num sistema mais puro e colossal de jogo e fraude, e limitar cada vez mais o número dos poucos que exploram a riqueza social” (MARX, 1984, p. 335).

Devido a isto, as crises e contradições capitalistas se intensificam, lembrando que, o Estado permanecerá em meio a essas crises e permanecerá defendendo interesses das grandes corporações, aceitando suas dívidas e inserindo dinheiro nestas instituições. Atrás de todas essas articulações destas instituições ocorre as grandes mazelas e desigualdades sociais.

Além de diversas pessoas desempregadas constam também aqueles que trabalham e estão em grande situação de exploração que estão inseridos nesta circunstância de pobreza. “Para citar apenas alguns, o número de pessoas passando fome no mundo em 2020 ficou entre 720 e 811 milhões de pessoas. Além disso, 928 milhões de pessoas enfrentaram severa insegurança alimentar (MELLO, NAKATANI, p. 150).” Com isto, percebemos que, o desemprego e a pobreza ainda permanecem, mesmo que, os capitais fictícios se elevam cada vez mais dentro do mercado financeiro, e os ricos ficam cada vez mais ricos.

Em suma, as atuais ondas de desemprego, miséria, desigualdade de renda e de propriedade, endividamento, especulação financeira e imobiliária, espoliação e pilhagem dos trabalhadores e do meio ambiente, tudo isso não é um desvio, ou um acidente de percurso. É um desdobramento e uma exacerbação da lógica do capital. (MELLO, NAKATANI, 2021, p. 152).

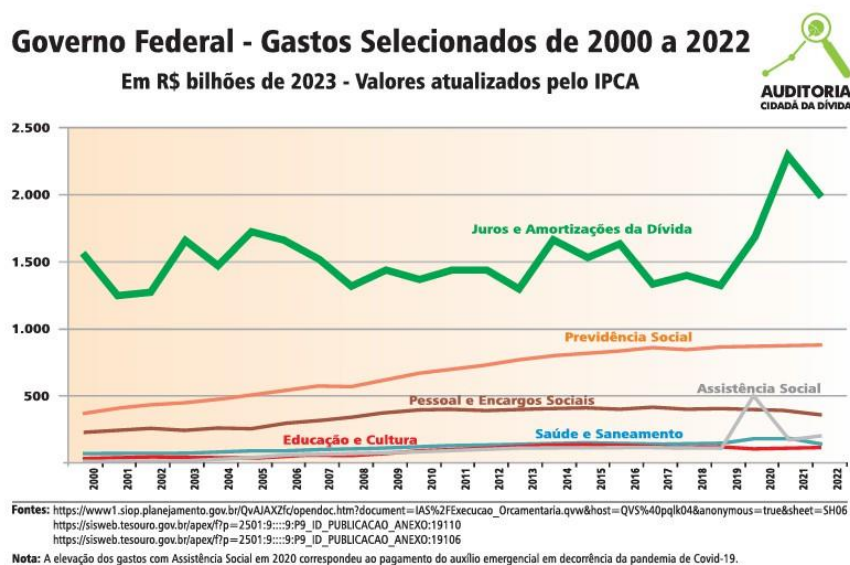
Atualmente, como forma de buscar uma melhor compreensão, análise e investigação das dívidas públicas, foi criada uma ferramenta fundamental, a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), em que busca garantir a transparência dos gastos públicos e a sua correta aplicação no desenvolvimento social e econômico do país. Ela é uma associação filantrópica e que conta com a colaboração de diversas entidades da sociedade civil, voluntário, entre outros.

Conforme consta de nosso Estatuto Social, o primeiro objetivo da ACD é realizar, de forma cidadã, a auditoria da dívida pública brasileira (interna e externa, federal, estaduais e municipais), a fim de garantir a devida transparência no processo de endividamento brasileiro, de forma que toda a sociedade conheça a natureza da dívida, os montantes recebidos e pagos, a destinação dos recursos e os beneficiários dos pagamentos de juros, amortizações, comissões e demais gastos. (FATTORELLI, 2023, p. 5).

Sua origem vem do Plesbicito Popular da Dívida Externa em que ocorreu no Brasil no ano de 2000. Este plesbicito contou com diversas entidades brasileira como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outras diversas entidades. Após este movimento nasceu a auditoria em que iniciou as suas atividades em articulação com movimentos sociais e entidades da sociedade civil. Neste processo foi realizado análises, pesquisas e estudos, contendo avanços na compreensão e operação desta instituição. Seu principal tema de estudo é a “Centralidade do Sistema de Dívida”. Em que traz a crítica a gestão inadequada da dívida pública.

O sistema da dívida corresponde ao funcionamento distorcido do endividamento público, ou seja, em vez de servir para aportar recursos ao Estado, a dívida pública tem funcionado como, um instrumento que promove uma contínua e crescente subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente ao setor financeiro. A expressão foi criada por Maria Lucia Fattorelli a partir das diversas experiências à frente da Auditoria Cidadã da Dívida, investigando a dívida pública do Brasil e de outros países, o que permitiu constatar a geração de dívida pública sem contrapartida alguma, devido à atuação de mecanismos financeiros que interagem com todo o funcionamento da Economia do país de forma sistêmica. (FATTORELLI, 2023, p. 6).

Gráfico 1- Gastos Selecionados de 2000 a 2022



Fonte: Elaborado pela autora Maria Lucia Fattorelli.

A Auditoria Pública Cidadã tem nos mostrado uma triste realidade, na qual, ocorre a queda dos investimentos e gastos com a dívida pública. Em foco com todos os gastos sociais conforme GRAF.1 que traz a comparação entre os recursos das áreas sociais como a (Assistência Social, Saúde e Saneamento, Educação e Cultura) entre os demais dessa área e o gasto financeiro como o Juros e Amortizações da Dívida. Como podemos verificar, o crescimento elevado das amortizações vem ocorrendo desde os anos 2000 de forma incessante e os demais gastos públicos sofrem uma queda em seu investimento.

A grande mídia e alguns liberais insistem em tentar desmoralizar servidores públicos junto à opinião pública, jogando sobre estes a culpa do excessivo gasto público e a existência de déficits. No entanto, os dados (atualizados pelo IPCA), expostos no GRAF.1, mostram que ao longo de vinte e dos anos (2000 a 2022), o gasto com Pessoal e Encargos – que engloba todos os gastos com servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas e respectivos encargos sociais de todos os três poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público – ficou praticamente estável, com leve elevação a partir de 2009, e vem caindo desde 2018. Por outro lado, o gasto com “Juros e Amortização da Dívida” sempre foi o mais elevado de todos e com vários períodos de pico, devido ao privilégio do Sistema da Dívida que absorve cerca de metade de todo o Orçamento Federal Executado em cada ano. (FATTORELLI, 2023, p. 7).

A dívida pública é uma verba que deveria ser destinada para recursos em que buscam a garantia de direitos fundamentais, entretanto, o projeto ACD tem analisado,

investigado e denunciado modos operacionais que mudaram o funcionamento deste endividamento público, o que trazem dívidas e nenhum investimento em áreas sociais como educação e saúde. É de suma importância a investigação das dívidas públicas, com a realização da participação popular para que se observe a obstrução da economia brasileira.

A dívida interna pública federal atingiu R\$7,85 trilhões em dezembro de 2022, e a dívida externa bruta (que engloba a dívida externa federal, dos estados, municípios, empresas estatais e setor privado) chegou a US\$575 bilhões. Mas toda essa dívida não tem servido para investimentos no país, e a economia brasileira está emperrada há vários anos, apesar de nossas imensas possibilidades. (FATTORELLI, 2023, p.10).

Gráfico 2- Dívidas Internas e Externas



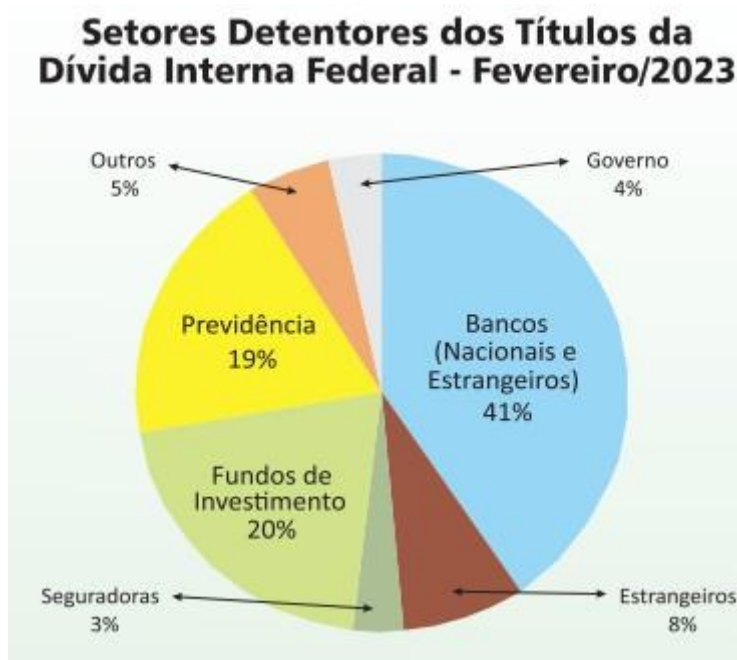
Fonte: Elaborada pelo Banco Central- BC.

O GRAF.2 nos mostra a necessidade de um aprofundamento na auditoria da dívida pública, onde sobressai os mecanismos financeiros que causam a dívida, bem como, a falta de investimentos e a falta de transparência, em que, a ACD realiza seu trabalho destacando e evidenciando esta gestão para a população. Essa dívida tem sido usada como justificativa para privatizações e contra reformas (como a reforma da previdência), reduções no orçamento e limitações nos investimentos em áreas sociais. A maior parte do orçamento federal é direcionada todos os anos para os pagamentos relacionados à chamada dívida pública.

Com isto, sabemos que todo gasto da dívida é gasto com amortizações e juros desta mesma dívida, em que, deveriam realmente serem investidas e financiadas em setores sociais e no avanço socioeconômico brasileiro. Todavia, informações que constituem as dívidas públicas e seus detentores são sigilosos, sendo aberta apenas para uma empresa

privada, a B3. Neste contexto, o Tesouro Nacional divulga apenas alguns setores que contenham a dívida pública, porém, ainda omite informações de doações ao Banco Central.

Gráfico 3- Setores dos Detentores dos Títulos da Dívida Interna Federal - Fevereiro/23



Fonte: Elaborada pela Auditoria Cidadã.

A partir destas estruturas e mecanismos identificados pela Auditoria Cidadã, é evidenciado que a dívida beneficia redes bancárias e detentores de títulos públicos, tendo uma pequena porcentagem destinados à população. “A auditoria é a ferramenta capaz de separar os grandes rentistas dos pequenos poupadores, assim como os mecanismos levianos que usurpam do endividamento público, e dar o devido tratamento a cada caso”, (FATTORELLI, 2023, p. 19). A não realização de auditoria tem alavancado danos à economia, bem como, em setores públicos e privados.

Essa assertiva se confirma diante da apresentação do projeto de lei complementar (PLP 93/2023), que trata do “novo arcabouço fiscal”, pois esse projeto mantém a lógica de privilégios para o Sistema da Dívida e perpetuação da escassez de recursos para investimentos sociais básicos e urgentes. (FATTORELLI, 2023, p. 20).

Todos estes recursos e tributações arrecadadas são destinados para a dívida e gastos financeiros, conforme o GRAF.3. Porém, ao mesmo tempo, compreendemos a falta de

recursos nos atendimentos básicos sociais na área da assistência, saúde, alimentação e educação, ocorrendo grandes desmontes em universidades públicas e federais. Servidores públicos estão há anos sem reajuste e a falta de manutenção mínima compromete a conservação dos bens públicos. Atualmente, o modelo econômico brasileiro se concentra principalmente no Sistema da Dívida, a política do Banco Central, exportação mineral e a exploração da agropecuária, transformando a realidade brasileira em grande escassez e pobreza.

A incoerência e desumanidade levam a esse paradoxo inaceitável: recursos crescentes sendo consumidos por uma dívida sem contrapartida, enquanto faltam recursos para toda a estrutura do Estado e para atender aos serviços públicos essenciais, além do descaso e da falta de investimentos necessários ao nosso desenvolvimento econômico e social. ((FATTORELLI, 2023, p. 20).

2.2 O debate sobre a mulher e a violência contra mulheres, na ordem do capital

O relato, em vídeo a “TV Boitempo” de Silvia Federici, e sua experiência em pautas sociais, principalmente o feminismo, nos traz a análise da condição das mulheres e o capitalismo, devido a sua discriminação dentro desta estrutura econômica e social. Intrinsecamente, esta sociedade têm ocupado o espaço de trabalho reprodutivo e de exploração, privativo a nós mulheres, a procriação, o trabalho doméstico e a sexualidade, que tem se tornando um movimento elevado sendo vital para a reprodução e continuidade desse sistema. O trabalho doméstico por exemplo é uma forma específica de produção capitalista, que é a produção de mão de obra do trabalho vivo.

Em observação à crítica a Marx, a fala de Federici nos revela os problemas que o capitalismo nos direciona além do lucro, e para além da eliminação da força de trabalho, há também as atividades empobrecedoras que nos trazem relações opressivas, como as atividades diárias de reprodução da vida humana, como, relação sexual, cuidado com idosos e crianças, afazeres do lar e o cuidado com os doentes. Este trabalho possui interações específicas que não podem ser substituídas por tecnologias, por exemplo, e nem realizadas por máquinas, não sendo possível retirar a mão de obra neste trabalho reprodutivo não remunerado da mulher.

Um robô pode desempenhar tarefas como limpar o chão ou lavar roupas. No entanto, ainda não é capaz de realizar atividades que envolvem cuidado direto com seres humanos, como de uma pessoa ou de uma criança. Essa distinção entre tipos de trabalho é abordada por Karl Marx ao diferenciar os níveis de atividade produtiva. Ao reduzir o

tempo dedicado ao trabalho necessário, amplia-se o espaço para aquilo que Marx denomina como o “reino da liberdade”, que inclui atividades relacionadas à ciência, à arte, à música, entre outras formas de expressão humana.

No entanto, observa-se uma tendência contemporânea à desvalorização de uma série de trabalhos tradicionalmente associados às mulheres, sobretudo aqueles ligados à reprodução social e ao cuidado — tarefas fundamentais para a manutenção da vida, mas frequentemente invisibilizadas no âmbito econômico e social. A privatização da família e principalmente as mulheres para o campo da reprodução social se fundamenta em especificidades da dominação masculina e do patriarcado. Relato observado pela perspectiva feminista de Silvia Federici.

O sistema do capital se beneficia da opressão das mulheres, tanto do ponto de vista ideológico, por meio da reprodução do papel conservador da família e da mulher, como na perspectiva da inserção precária e subalterna no mundo do trabalho. No bojo dessas determinações é necessária uma luta ampliada para obter uma nova condição social, política e econômica para as mulheres, que possibilite igualdade entre os gêneros. O próprio sistema dominante está atravessado por várias contradições, que abrem caminho para lutas e transformações que objetivam uma nova ordem social. (SANTOS, 2010, p.4).

Neste mesmo debate, a filósofa Nancy Fraser, também em vídeo a TV Boitempo, traz o contexto Norte- Americano em 2016 onde surgia uma nova conjuntura política. Com o rompimento da hegemonia neoliberal progressista de centro, houveram grandes movimentos populares em que os cidadãos já não concordavam mais com a transação de livre comércio, financeirização e a política ali inserida pelo então presidente, Barack Obama. Houve então, o colapso do feminismo liberal meritocrático da classe gerencial profissional, enquanto outros setores da população buscavam alternativas e soluções para a sociedade como um todo, sendo esquerda ou direita.

Criou-se o sentimento entre as mulheres feministas a necessidade de mudança e a possibilidade de novos caminhos, saindo do feminismo meritocrático e iniciando um novo projeto de feminismo anticapitalista. Movimento este que está em direção ao socialismo democrático. Com o feminismo atual, a luta social está num sentido ampliado, onde o alvo em comum é o capitalismo.

É possível compreender que neste único sistema econômico e político, é gerado diversas formas de agravamentos sociais e de crises, estando assim, ligado

completamente ao capitalismo. Todas as mazelas e preocupações das mobilizações populares estão aprofundadas dentro do capitalismo. Fraser nos traz a observação sobre a importância dentro deste contexto, que o feminismo necessita ser um movimento antcapitalista e sua necessidade em se alinhar às outras forças antcapitalistas na sociedade moderna.

Além disso, é válido lembrar, que com o avanço do conservadorismo e ascensão da burguesia o movimento feminista deve reafirmar que sem “socialismo não há feminismo e sem feminismo não há socialismo”, porquanto que precisamos barrar as abordagens pós-modernas no que se refere aos estudos de gênero, dado que estas obscurecem outras categorias, tais como: classe, etnia/raça, porquanto que enfatizam as diferenças e se distanciam da prática política. (LOPES, 2017, p. 13).

Neste sentido, as relações de gênero e toda forma de opressão estão associadas dentro do capitalismo, em que essa totalidade social estão embutidas uma na outra enraizadas neste sistema. Este sistema é essencial para a desigualdade de gênero, em que a dominação masculina traz a subordinação da população feminina. Nancy Fraser afirma em seu vídeo que, mesmo a dominação masculina ser anterior ao sistema capitalista, ele é essencial para essa estrutura econômica. Sua organização peculiar é inerente e específica de uma sociedade capitalista.

Com base em Judith Butler, o capitalismo depende da família pois, ele se reproduz a partir do momento em que as famílias estão reproduzindo trabalhadores para a mão de obra no trabalho e gerando também os gêneros que vêm se multiplicando e criando a hierarquia de gêneros, em que as o trabalho doméstico não é remunerado para as mulheres e os valores maternos são explorados para que seja realizado o trabalho feminino. A mal remuneração em seu ambiente de trabalho também faz parte disso, trazendo uma grande exploração e a diferenciação de gêneros dentro da sociedade capitalista.

Para a criação dentro deste contexto, Butler cita a necessidade dentro do capitalismo de uma família heteronormativa (família heterossexual), unidos pelo gênero de uma mulher e um homem para que se reproduzam e tenham filhos. A reprodução de filhos é inerente a este sistema para que perpetue a força de trabalho dentro desta sociedade capitalista. Para a reprodução material da vida, as mulheres são essenciais, sendo a reprodução seu “trabalho” específico, esperado como seu lugar natural da vida, então, o trabalho doméstico e de cuidados são totalmente referenciados a mulheres, porém, não remunerados.

Neste contexto, enquanto mais o Estado diminui acessos e contribuições ao serviço social como a privatização dos setores da saúde, mais se torna o papel da mulher de realizar e absorver essas práticas de cuidado que deveria ser encargo do Estado de fornecer educação, assistência médica e saúde. Com isso, a dominância masculina e heteromartiva da família fortalece o patriarcalismo da família, que estabelece e alimenta as bases para o patriarcalismo do Estado. Esta análise nos faz refletir sobre como a família e a importância da mulher para sua criação se baseia na propriedade e desejo masculino. Isto restringe o gênero em sua posição dentro do núcleo familiar, como também em quem pode se amar no mundo caso não esteja dentro deste domínio heteronormativo.

Este debate a respeito da opressão da mulher dentro do sistema capitalista não é uma tarefa fácil devido as diversas teorias mostrarem a questão cultural como a principal forma para se explicar a opressão contra a mulher, desconsiderando as desigualdades sociais e de gênero que foram erguidas pela estrutura do capitalismo. Essas desigualdades são vistas em locais como o mercado de trabalho, como exemplo, tanto em setor público ou privado, que, com o patriarcado, se sustentam neste sistema para maior exploração da mulher. A opressão da mulher está diretamente ligada à propriedade privada, de acordo com Marx e Engels em: “*A origem da família da propriedade privada e do Estado*”.

Em consequência disso, as políticas públicas e sociais para as mulheres possuem caráter contraditório, pois não expressam essencialmente seus valores fundamentais e não se corrobora em suas vidas por completo. Por meio deste sistema de exploração não há perspectiva de emancipação humana, principalmente pelas mulheres. As relações dentro desta estrutura econômica são de precarização, desmontes de direitos e flexibilização, o que ocasiona contradições sociais e condições irreversíveis na vida cotidiana.

Nesse sentido, o nível de desigualdade gestado pelo desenvolvimento do capitalismo deixa em seu percurso, severas marcas na vida das mulheres. Logo esse grupo social que já é tão prejudicado por ser socializado na ordem patriarcal de gênero, posto que a “[...] instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial da luta de classes. (MORAES, 2000, p. 89).

Percebemos que na construção histórica desta sociedade, as mulheres obtiveram algumas conquistas, como o direito ao voto, poder estudar e trabalhar, entre outros. Esses direitos surgem como elementos e direitos civis, sociais e políticos, que foram alcançou à cidadania a partir da revolução industrial, entretanto, apesar de ter contribuindo para a

autonomia da mulher, não trouxeram um alívio às desigualdades sociais e econômicas pelo fato de, ainda estarem subordinadas a este sistema de exploração e opressão.

Quando abordamos a situação das mulheres trabalhadoras, percebe-se que as dificuldades são intensificadas, uma vez que, no mercado de trabalho elas frequentemente são exploradas, subordinadas e enfrentam condições precárias. Além disso, recebem salários inferiores em comparação aos homens e têm menos oportunidades de crescimento profissional. Ademais, essas mulheres estão sujeitas à dupla jornada de trabalho, conciliando suas funções no trabalho com as responsabilidades familiares e domésticas.

No caso das mulheres que também são estudantes, essa situação se agrava ainda mais, pois elas passam a enfrentar uma tripla jornada, dividindo seu tempo entre trabalho, estudo e afazeres domésticos. Dessa forma, torna-se evidente que a luta não se restringe apenas à conquista dos direitos sociais, mas envolve também a busca por uma transformação profunda na organização da sociedade.

Liberação das mulheres – à guisa de permanente lembrete de promessas não cumpridas e não cumpríveis do sistema do capital – e transformam a grandiosa causa de sua emancipação numa dificuldade não integrável ao domínio do capital. Não pode haver nenhum modo de satisfazer a exigência da emancipação feminina – que veio à tona há muito tempo, mas adquiriu urgência num período da história que coincidiu com a crise estrutural do capital – sem uma mudança substantiva nas relações de desigualdade social estabelecida (MÉSZÁROS, 2011, p.223).

A autora, Heleieth Saffioti, destaca que o capitalismo não criou a inferiorização da mulher, entretanto, utiliza deste artefato para que possa explorar e subordinar mulheres, causando o aprofundamento das desigualdades de gênero. Neste sentido, o movimento feminino assume uma postura revolucionária, dialética e materialista, trazendo a defesa das mulheres e a mudança em toda estrutura da sociedade atual. Dado os argumentos acima, observamos que a luta de classe é inerente para o enfrentamento às opressões, tendo as mulheres com o movimento feminista para que não se aprofunde às mazelas sociais.

Esse cenário vem se apresentando dessa forma, porque as diversas transformações no mundo contemporâneo rebatem na vida da mulher moderna, fazendo surgir inúmeras formas de enfrentamento à situação

de opressão vivida pelas mulheres. Por fim, conclui-se que a análise de conjuntura não pode ficar ausente da luta de classes. No que se refere à violência contra a mulher, são diversos os fatores que contribuem para tal violência, mas as desigualdades sociais se expressa com maior evidência. Como senão bastasse ainda tem de conviver com o preconceito nos espaços públicos e privados. (LOPES, 2017, p. 6).

A citação da autora Lopes, nos traz uma pergunta para refletir: “Que dignidade é essa que as mulheres procuram? Será que essa dignidade é possível na sociedade capitalista, ou é apenas ilusão?”. Tratando-se da violência contra mulher dada como forma de destruir e abalar sua dignidade, como também uma forma de controlar e subordinar, se apresenta na sociedade atual como expressão da questão social aumentada pela desigualdade social, conjuntura de uma sociedade estruturada no capitalismo.

É importante deixar claro que, a opressão a qual as mulheres estão sujeitas não surge com a sociedade de classes, contudo nessa sociedade a desigualdade entre o homem e a mulher é remontada, favorecendo apenas o homem, tendo em vista que não há alterações na estrutura do patriarcado (sistema de dominação-exploração do homem sobre a mulher), ou seja, enquanto as mulheres continuam sendo exploradas, o patriarcado é sustentado. (LOPES, 2017, p.7).

A violência contra a mulher está estritamente relacionada ao patriarcado, que surge como contribuinte para o sistema econômico atual, o capitalismo. É importante ressaltar novamente que a violência contra a mulher sempre existiu no contexto histórico de nossa sociedade desde o seu surgimento, entretanto, há uma diferença entre a violência contra a mulher perpetuada atualmente e perpetuada na idade média, como pressuposto por Bell Hocks, a relação patriarcal atual é estritamente pela união entre os homens no sistema capitalista.

A ligação entre homens era um aspecto aceito e afirmado na cultura patriarcal. Simplesmente pressupunha-se que homens em grupos ficariam unidos, dariam apoio uns aos outros, seriam um time e colocariam o bem do grupo acima de ganhos e reconhecimento individuais. A ligação entre mulheres não era possível dentro do patriarcado; era um ato de traição (HOOCKS, 2018, p.29).

Neste período medieval, a opressão contra as mulheres era vista como algo cultural. Como exemplo eram os casamentos, formas de realizarem alianças entre famílias, para que as mulheres pudessem ficar responsáveis pelos cuidados domésticos. Por meio deste casamento que se consolidava a posição econômica e social das mulheres. “A diferença é

que nessa época não havia “consciência de classe” das mulheres, enquanto sujeitos explorados, nem mesmo de desigualdade entre os homens”. (LOPES, 2017, p.8).

No contexto das sociedades anterior a revolução industrial, as mulheres possuíam um caráter mais ativo como trabalhadoras, a família exercia um papel de produção e reprodução, enquanto crianças e mulheres realizava o papel econômico. A partir das formações de propriedade privada e pela divisão social do trabalho, a mulher começa a se identificar enquanto classe, conforme Engels afirma em “*As origens da família, a propriedade privada e o estado*”.

Diante disso, é possível compreender que a violência contra a mulher, ao ser reconhecida como uma expressão da questão social, deve ser enfrentada por meio de abordagens que considerem sua história e sua vinculação ao modo de produção capitalista. Assim, é fundamental adotar uma perspectiva que inclua a perspectiva das classes, com o objetivo de combater as desigualdades estruturais que perpetuam a opressão e a violência das mulheres em seu cotidiano.

Para tanto, a partir das considerações acima, faz-se necessário estudar esse fenômeno, tendo como fundamento o método de conhecimento científico dialético, pois a nosso ver é só a partir desse método que compreenderemos com mais contundência as abordagens e análises da violência contra a mulher, tendo o patriarcado como um dos elementos centrais para se estudar esse problema social. (LOPES, 2017, p.9).

Toda forma de violência contra a mulher é defendida e encoberta pelo capitalismo, pois ela se intensifica a depender da classe social que esteja inserido, pela sua raça/etnia e sua sexualidade. A violência é algo que está ligado a história da sociedade, visto que, as desigualdades de gênero vêm a partir de um patriarcado que já não mais existe, mas que se reformulou com a sociedade atual. Com todas as transformações sociais, este instrumento de dominação também vem se transformando. Neste sistema a opressão da mulher é ainda maior para aquelas que estão em situação de subalternidade, por isso a necessidade da luta feminista está alinhada a luta de classe.

Um ponto que também merece destaque é o ascenso da direita, no Brasil e no mundo com resquícios de fascismo, racismo, estimulação ao ódio para com os negros, mulheres, homossexuais, deficientes, índios e população em situação de rua. Dessarte aumenta também o número de atos de crueldade para com esses públicos. (LOPES, 2017, p.11).

Nessa conjuntura de barbárie, a questão social passa a ser reduzida e identificada como um problema individual, culpabilizando o próprio sujeito de sua situação, eliminando e esquecendo da totalidade de um contexto social na qual estamos inseridos. Como afirma Mascaro (2013), “o Estado está talhado a funcionar conforme o capital”. Dessa forma, a opressão sistemática das mulheres permanece sendo uma estrutura fundamental para a manutenção do sistema capitalista contemporâneo.

Desse modo, na direção de se construir uma sociedade sem misoginia, opressão e machismo é preciso eliminar as desigualdades sociais, ou seja, lutar por uma nova sociedade, em que seja possível a emancipação efetiva das mulheres. Nesse sentido, a teoria social marxista, por meio do método materialista-histórico e dialético, se faz indispensável para a luta das mulheres, pois é através dela que se consegue desvendar os mecanismos de opressão das mulheres por meio da associação capitalismo/patriarcado. (LOPES, 2017, p. 13).

Para este debate é de suma importância, primeiramente, a análise sobre o machismo. Ele é uma forma de preconceito onde ocorre uma função social de dominação dos homens sobre as mulheres com a finalidade em inferiorizá-las para que, se controle e se aproprie de seu corpo, tempo e trabalho, sendo então, uma forma de lucro dentro do sistema capitalista. Este machismo se funda dentro das relações sociais e estruturais em dominação, opressão e exploração da mulher, que está adentrada em nossa sociedade e se perpetua em diversos setores, como no âmbito público e privado, observando-se, como ela atinge de diversas formas na vida da mulher.

No âmbito familiar e das diversas relações domésticas, a forma de violência machista é comum. Por este motivo há uma legislação específica que atribui para essas questões. A principal lei brasileira vigente é a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) que abrange a questão de prevenção e enfrentamento à violência às mulheres. As diversas formas de violência como a física, sexual, moral, patrimonial e psicológica são visadas nesta legislação. Para além destas formas de violência, há também, as violências institucionais como a obstétrica que se dominam no público de mulheres negras.

Essas diferentes formas de violência não ocorrem de forma isolada e devem ser abordadas considerando os determinantes históricos, sociais e materiais que constituem o patriarcado, assim como as particularidades da vida de cada mulher e de seus vínculos familiares, sociais e comunitários. CFESS, (TENORIO, 2018, p.8).

O machismo pode se expressar de diversas formas dependendo do sujeito em que pratica essas ações e o local em que está inserido, como: Identidade de gênero, Identidade afetivo-sexual, raça/etnia e religião, como também em relações profissionais quanto a posição da mulher em seu local de trabalho, principalmente quando são locais ocupados hegemonicamente por homens, até mesmo ao modo de vestir, pensar e falar. Com isso, compreendemos que o machismo é um preconceito que está interligado em várias expressões, como o racismo, capacitismo, a gordofobia e ao etarismo. Condições que são naturais à diversidade humana, mas que se manifestam nas desigualdades sociais, na qual, nesta estrutura capitalista atual, a exploração do trabalho, a opressão e dominação se tornam intrínsecos neste movimento.

O machismo, apesar de aparecer em atitudes, em ações individuais, possui bases materiais e ideológicas, para perpetuar um sistema histórico, político, social e econômico de dominação: o patriarcado. Em resumo, o machismo é, essencialmente, uma expressão do patriarcado que se materializa nas relações interpessoais, para perpetuar relações de dominação e poder via inferiorização, submissão e apropriação das mulheres. (CFESS, 2019, p.9).

Podemos observar que, mulheres que estão inseridas em funções empregatícias iguais aos homens sofrem de uma desvalorização profissional, recebem salários inferiores e a não valorização de suas ideias. Além disso, há o trabalho não remunerado, o “trabalho doméstico”. Essa desvalorização da mulher é atribuída pela desigualdade social do sistema capitalista. Apesar desse machismo se perpetuar, por vezes, de forma individual, eles possuem elementos materiais e ideológicos baseados no sistema econômico, histórico, político de dominação: o patriarcado.

As analogias criadas historicamente, como, “rosa é de menina”, “azul é de menino”, cria a naturalização de divisões sexuais e essas subjetividades é fundamentada em uma sociabilidade criada em volta da divisão sexual do trabalho, por comportamentos socialmente aceitos e pela ocupação dos espaços, sendo assim, uma estrutura opressora e exploradora. O machismo neste viés, indica a desvalorização da mulher e a supremacia dos homens sob elas que obtêm vantagens e privilégios sociais.

Em algumas análises consideram o machismo como forma cultural de um local, a tão conhecida “cultura machista” ou “cultura sexista”, de acordo com CFESS, 2019, p.10. Na perspectiva dos assistentes sociais, uma perspectiva que dialoga com o materialismo histórico dialético, a cultura é utilizada como meio para produção e reprodução tanto do

machismo, quanto do patriarcado, mas que se constrói em fundamentos da posse de mulheres em sua totalidade, como, seu corpo, tempo e força de trabalho. Por este motivo, mesmo que o patriarcado tenha surgido antes do capitalismo, ele é de suma importância para a manutenção e funcionalidade do sistema econômico atual.

Também numa perspectiva de análise de assistentes sociais, o patriarcado se materializa ao começo da divisão sexual do trabalho, em que, o machismo, patriarcado e capitalismo se articulam e retroalimentam-se um ao outro. Ela é uma forma de organização das relações de trabalho entre homens e mulheres, bem como o trabalho produtivo e reprodutivo (considerado trabalho, assimilado pela análise de mulheres feministas). Essa divisão social é fundamental ao capitalismo, na qual, trabalhos de homens e mulheres são divididos por sexo e hierarquização do sexo masculino. Nesta lógica o homem é considerado superior, destacando a exploração e a divisão do trabalho.

O machismo possui fundamentos materiais, não sendo uma questão somente cultural. Também é fruto de socialização, costumes, e se erige fundamentado na exploração do trabalho das mulheres, seja o remunerado, seja o não pago. Principalmente o trabalho reprodutivo, doméstico, de cuidados, considerado como “dom” natural e função feminina (CFESS, 2019, p.12).

Percebemos em nosso cotidiano diversas práticas machistas, como a criação de estereótipos “toda mulher deve ser mãe” ou “mulheres são todas sensíveis”. Atitudes machistas que trazem a desvalorização social da mulher. Há aquelas que também são expressões, reproduções e práticas machistas, como a desqualificação do pensamento, ação que ocorre em falas e ideias das mulheres em algum ato específico, onde homens as desqualificam, dando a entender que “não explicam direito” ou “são mulheres confusas e indecisas” e toma a fala para si, conhecido também como *mansplaining*. Palavra formada pela junção de “*man*” (homem) e “*explaining*” (explicando), e se refere à quando um homem explica algo a uma mulher de forma condescendente assumindo que ela não entende mesmo que ela possa saber tanto ou mais do que ele sobre o assunto.

Também analisamos em nosso cotidiano como no local de trabalho a interrupção de ideias, trazendo assim a desqualificação de posições ideológicas de mulheres com intuito de banalizar e intimidar, se apropriando de suas ideias e pensamentos. Outra expressão do machismo é o assédio, que são ações de importunação e exposições vexatórias a mulheres, ocorrendo de forma corriqueira em nosso cotidiano em espaços públicos e privados, como o assédio moral e sexual no trabalho. Lembrando que, devido

a flexibilização e destruição de direitos trabalhistas, se torna mais difícil a denúncia nestes setores.

A violência econômica igualmente é corriqueira, onde o homem não permite que mulheres estudem ou trabalhem, fazendo com que dependem de si e estejam sob sua responsabilidade. Há, do mesmo modo, a objetificação de mulheres, principalmente mulheres pretas, que é completamente inerente ao patriarcado que tem como objetivo apenas a realização de desejos.

Possui uma especificidade de mulheres negras e sua vivência ao patriarcalismo, onde se expressa de uma forma mais contraditória. São mulheres hiperssexualizadas, consideradas como instrumento de prazer, por este motivo são escolhidas para relações momentâneas, no entanto, são justamente aquelas que mais experienciam o abandono e uma solidão efetiva. A exigência de uma padronização estética também é uma forma de prática machista, impondo uma aparência ideal às mulheres e do “belo”, vinculando ao corpo, cabelo e idade, aumentando o consumismo e o mercado capitalista.

Para isso, o feminismo é necessário, mas ele não é o contrário do machismo, o machismo tem sido um movimento de preconceito com grande visibilidade identificado por mulheres, adolescentes e jovens, na qual, elas utilizando assim do feminismo como busca para obter seus direitos e igualdades, questionando o que socialmente se coloca como feminino na sociedade e lutando contra o fim do sistema patriarcal. “Geralmente é citado no plural: feminismos ou movimentos feministas, tendo em vista suas diferentes vertentes, que resultam tanto na explicação teórica que fornecem para opressão das mulheres, quanto nas suas estratégias de ação e práticas políticas” (CFESS, 2019, p. 17).

Entretanto, há vários mitos envolvendo este movimento, sendo considerado como o avesso do machismo, o que seria a dominação das mulheres sobre os homens, o que não é verdade. Este erro desqualifica a luta feminista e incentiva os homens a perpetuarem o machismo e não se aliarem a esta causa. Vemos neste cenário atual um movimento permissivo em uma sociedade conservadora e ultraliberal, ocorrendo assim lutas e resistências históricas deste movimento.

Na realidade, apontamos como o feminismo é fundamental, inclusive para os homens que, apesar dos privilégios que possuem com o patriarcado, também reproduzem comportamentos moldados e considerados socialmente aceitáveis, ou seja, a masculinidade construída pelo sistema patriarcal também limita sua existência e, por vezes, os desumaniza. (CFESS, 2019, p.16).

De acordo com a autora Angela Davis, a violência sexual é umas das violências mais hediondas, ela é considerada uma epidemia, na qual, é reconhecido um sintoma de desintegração social e humana a partir do conhecimento de um problema sério que aparentemente não possui uma solução. Ela afirma que no Estados Unidos é um dos crimes que está em crescimento evidente, surgindo de modo marcante e disfuncional no sistema capitalista. Leis contra o abuso sexual e estupro foram criadas para proteção de homens da classe burguesa, em contramão, a classe trabalhadora não tem sido amparada pelas mesmas legislações, sendo estimado que poucos homens brancos foram processados por atos violentos contra essas mulheres.

Mulheres negras estão em movimento desde o século XIX, realizando protestos contra o abuso sexual. Desde lá, percebe-se como as mulheres negras tem sofrido ao longo desde tempo tendo a percepção do racismo neste contexto, em que, homens brancos em ênfase com poder econômico, teriam direito e o acesso ao corpo dessas mulheres negras. Desde o período escravista, seu dia a dia eram tomados pelo abuso sexual e moral, se tornando natural entre as relações do patrão/senhor e a escravizada. Havia o direito incontestável do patrão sobre o corpo dessas mulheres, expressando sua propriedade sobre o corpo da mulher negra e como forma de repressão.

A escravidão se sustentava tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite. Impulsos sexuais excessivos, existentes ou não entre os homens brancos como indivíduos, não tinham nenhuma relação com essa verdadeira institucionalização do estupro. A coerção sexual, em vez disso, era uma dimensão essencial das relações sociais entre o senhor e a escrava. Em outras palavras, o direito alegado pelos proprietários e seus agentes sobre o corpo das escravas era uma expressão direta de seu suposto direito de propriedade sobre pessoas negras como um todo. A licença para estuprar emanava da cruel dominação econômica, e era por ela facilitada, como marca grotesca da escravidão. (DAVIS, 2016, p.180).

O abuso sexual contra o corpo negro se tornou tão forte, que se permeia em nossa sociedade do período escravocrata até os dias atuais. Esta ação se manifesta de diversas formas nem sempre sendo uma violência pública. O racismo se abraça neste sentido, se manifestando nas relações entre abusadores brancos e as mulheres negras, tornando-se atitudes naturalizadas em seu cotidiano. Tais agressões são legitimadas por setores políticos e intelectuais que desmoralizam mulheres pretas as retratando como imorais, essa ideologia é triunfal para o racismo e sexismo na ordem capitalista.

O racismo habilitou e estimulou a coerção sexual, porém neste momento ele ultrapassa o corpo negro e atinge também mulheres brancas. O homem, a partir disso, se convence de que tem o domínio do corpo das mulheres independente de sua raça e cor devido ao sistema impunemente, assim, o racismo alimenta o machismo e o sexismo e toda a violência de gênero na história da sociedade. Guerras que aconteceram ao redor do mundo também são exemplos de como o racismo e o sexismo funcionam na questão do estupro, abaixo citarei um trecho de Angela Davis, que traz a análise dessas questões.

A experiência da Guerra do Vietnã proporciona um exemplo adicional do modo como o racismo pode funcionar enquanto incitação ao estupro. Uma vez que foi incutida na cabeça dos soldados dos Estados Unidos a visão de que lutavam contra uma raça inferior, eles acabaram aprendendo que estuprar as vietnamitas era um dever militar necessário (DAVIS, 2016, p.181).

Neste período o número de denúncias e condenação para abusadores eram extremamente baixos, mantendo-se no anonimato quem perpetravam violências sexuais contra as mulheres. Este anonimato ocorre de forma articulada e estatístico, se usufruindo disso para que tenham uma proteção social e judicial. Dentro deste sistema muitos homens brancos e não brancos que ocupam locais como médicos, políticos, entre outros cargos de excelência cometem essas infrações contra mulheres e são raramente levados e julgados a tribunais, elevando o número de violências não notificadas.

Isso ocorre pelo fato de que suas coerções sexuais não são legitimadas, contribuindo para agressões contra mulheres da classe trabalhadora. “A estrutura de classe do capitalismo encoraja os homens que têm poder no domínio econômico e político a se tornarem agentes rotineiros de exploração sexual. A presente epidemia de violações ocorre no tempo em que a classe capitalista está furiosamente a reafirmar sua autoridade face a desafios internos e globais” (DAVIS, 2016, p.202).

Angela traz a discussão e tece uma crítica de que o assédio no trabalho também é um fator vulnerável para as mulheres, pois estão subordinadas a dominação econômica devido ao seu gênero, e para além do setor econômico, a coerção e autoridade de gerentes, supervisores e coordenadores que reafirmam sua autoridade sob a perspectiva da sexualidade. Mulheres da classe trabalhadora são mais exploradas do que os homens, isso contribui para que sua vulnerabilidade seja reforçada e que estes atos violentos

aconteçam. A violência contra mulheres é uma ferramenta fundamental para que o capitalismo funcione, sendo inerente a sua persistência dentro deste contexto.

As dimensões críticas da violência sexual constituem uma das facetas de uma profunda e contínua crise do capitalismo. Como lado violento do sexismo, a ameaça de estupro persistirá enquanto a opressão generalizada contra as mulheres continuar a ser uma muleta essencial para o capitalismo (DAVIS, 2016, p.203).

3 A REALIDADE DA MULHER NO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA, EM ITABIRITO, MG, 2025.

3.1 O debate sobre a mulher e a violência contra as mulheres, na particularidade brasileira

A reflexão sobre a crítica à violência contra a mulher no Brasil surge ao fim do século XX, em campos de pesquisa e surgimento de legislações que criminalizam as ações de violência doméstica e feminicídio, como Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) e Lei nº 13.104/15 (Lei do Feminicídio), como também as criações de políticas públicas que nos geram a reflexão para o enfrentamento da violência doméstica no país. No Brasil, os diversos registros de agressão e violência revelam que são predominantemente perpetrados por homens.

Essa violência ocorre devido a invisibilização e preconceito que decorrem na maioria das vezes em âmbitos privados e perpetrados por conhecidos, amigos, parceiros íntimos e familiares. Devido a essas circunstâncias, os atendimentos e socorros não acontecem corriqueiramente, o que gera o aumento e a invisibilidade da violência contra a mulher no Brasil.

Essas reflexões foram de grande importância para o desvelamento do patriarcado como principal fundamento que sustenta e controla a sociedade num papel punitivo à mulher, trazendo a diferenciação entre diversas formas de violência, tornando a violência doméstica como algo que possa ser “irrelevante”. Falas como “em briga de marido e mulher não se mete a colher” reforça ainda mais esse histórico de violência e traz a normalização de uma ação criminal. Essa situação remete a politização da violência contra a mulher, em que se resultam do sistema patriarcal (a violência e masculinidade) inserido numa estrutura misógina.

Box.1.

- **Violência física** (também denominada sevícia física, maus-tratos físicos ou abuso físico): são atos violentos, nos quais se fez uso da força física de forma intencional, não acidental, com o objetivo de ferir, lesar, provocar dor e sofrimento ou destruir a pessoa, deixando, ou não, marcas evidentes no seu corpo.
- **Violência psicológica/moral:** é toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobrança exagerada, punições humilhantes e utilização da pessoa para atender às necessidades psíquicas de outrem. É toda ação que coloque em risco ou cause dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa.
- **Violência sexual:** é qualquer ação na qual uma pessoa, valendo-se de sua posição de poder e fazendo uso de força física, coerção, intimidação ou influência psicológica, com uso ou não de armas ou drogas, obriga outra pessoa, de qualquer sexo e idade, a ter, presenciar ou participar de alguma maneira de interações sexuais, ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, com fins de lucro, vingança ou outra intenção. Incluem-se como violência sexual situações de estupro, abuso incestuoso, assédio sexual, sexo forçado no casamento, jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas, impostas, pornografia infantil, pedofilia, *voyeurismo*; manuseio, penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos, de forma forçada.
- **Negligência/abandono:** é a omissão pela qual se deixou de prover as necessidades e os cuidados básicos para o desenvolvimento físico, emocional e social da pessoa atendida/vítima. Ex.: privação de medicamentos; falta de cuidados necessários com a saúde; descuido com a higiene; ausência de proteção contra as intempéries do meio, como o frio e o calor; ausência de estímulo e de condições para a frequência à escola. O abandono é uma forma extrema de negligência.

Fonte: Brasil, 2016.

O (Box. 1) acima, identifica as diversas formas de violências contra mulheres existentes e nos revela o Instrutivo de Notificação de Violência Doméstica, Sexual e Outras Violências, ele também define os tipos de violência previstos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). O SINAN é um sistema do Ministério da Saúde utilizado para registrar e acompanhar situações que devem ser notificadas obrigatoriamente no Brasil, como a violência doméstica, sexual e outras violências. Por meio desse sistema profissional da saúde registram informações sobre as vítimas, o tipo de violência sofrida e o local do ocorrido, o que permite ao Estado conhecer a realidade da violência no país e planejar políticas públicas de prevenção e enfrentamento

Mesmo com o avanço dessas ideias, atualmente tem se mostrado que o número de violência está se elevando em um número alarmante, nos mostrando a necessidade em trazer novas reflexões e mudanças na forma de pensamento, da forma em que se qualifica a violência doméstica e o feminicídio. Este avanço da criminalidade contra a mulher é devido a fenômenos decorrentes no Brasil e em toda a América Latina, sendo o desdobramento do patriarcado e do conservadorismo que se contrapõe à ideologia de gênero atual. Esse processo de desvalorização das ideologias feministas demonstra o domínio do gênero masculino sob o feminino.

O processo de criminalização de todo esforço intelectual e ativista no que tange aos estudos em gênero, e a ênfase na defesa do ideal de “família” como “sujeito de direitos” a qualquer custo demonstram a centralidade da questão de gênero e do domínio dos corpos femininos e feminizados para a sustentação do projeto histórico do poder capitalista e –diante do atual contexto–fascista (NIELSSON, WERMUTH, 2021, p.542).

Com o avanço do conservadorismo e do patriarcalismo, todas as formas de violência contra a mulher foram acrescidas. Conforme a Base Nacional de Boletins de Ocorrência (BNBO) que possuem dados nacionais e oficiais da Segurança Pública nos informa que houveram 33.999 vítimas de Estupro em 2025 (até o mês de junho), tendo em média 187 vítimas de estupro por dia.

Gráfico 4- Femicídio, Homicídio, Ameaça, Lesão



Fonte: Base Nacional de Boletins de Ocorrência (BNBO).

De acordo com os dados apresentados no GRAF.4, ele revela como a violência em âmbitos como ameaça, lesão corporal, homicídio e feminicídio contra a mulher tem se ampliado no ano de 2025. Em conjunto das diversas formas de violências citadas acima, possui 418.218 vítimas mulheres. A maioria dos casos registrados são de ameaças que se totalizam em 292.270, enquanto os casos de lesão corporal são de 153.233. Além disso, foram contabilizados 3.815 homicídios e 1.197 feminicídios. No que se refere ao desfecho dos crimes de feminicídio e homicídio os dados mostram uma distinção entre os casos tentados e consumados. Entre os feminicídios, 0,46 correspondem a tentativas e 0,65 a casos consumados. Já entre os homicídios, 1,61 são tentativas e 1,91 foram efetivamente consumados.

Estas informações nos evidenciam o crescimento da violência contra a mulher na sociedade brasileira, e demonstram que, embora a maioria dos casos não resulte em morte, as ameaças e agressões físicas, ainda sim representam um ciclo de violência contra a mulher em seu cotidiano. Tais elementos indicam que, apesar dos esforços legais e

institucionais para coibir a violência contra a mulher, os índices de feminicídios consumados ainda permanecem alarmantes.

Durante a conjuntura pandêmica do coronavírus (COVID-19), ocorreu um agravamento nas estatísticas da violência contra a mulher. Neste período de calamidade da saúde pública, para se evitar a propagação do vírus foi realizado o isolamento social, deste modo, muitas famílias passaram a conviver de modo integral, com isso, a quarentena trouxe registros desastrosos da violência de sexo. Mulheres que já conviviam numa situação de violência doméstica e que se agravaram neste período, por vezes em lares precários e renda reduzida devido ao contexto econômico daquele momento no país.

De acordo com a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), apenas durante o mês de março de 2020, quando as medidas de isolamento social passaram a ser adotadas na maioria dos Estados brasileiros, o canal “Ligue 180” registrou um crescimento de 18% no número de denúncias; no mês de abril o aumento foi de 40% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. (NIELSSON, WERMUTH, 2021, p.544).

Os estudos em volta do gênero feminino, mas em específico a violência contra a mulher, considerando o patriarcado, são configurados crimes de “poder” pois é exercido uma força do gênero masculino sob o gênero feminino, sendo ocasionado simultaneamente pela sua conquista, reprodução e manutenção. Toda essa estrutura de poder consiste no reconhecimento de uma dimensão política e pública que está entrelaçada com esses crimes, na qual não supera as relações de gênero entre si, mas que se associa ao modelo de construção histórica da sociedade neoliberal com bases coloniais em sua estrutura.

A antropóloga Rita Segato traz algumas análises e hipóteses importantes a respeito da forma em que as políticas do Estado podem trazer a perpetuação da violência contra a mulher. Diante disso, ela traça novos segmentos, como: A necessidade em analisar a violência doméstica em uma nova perspectiva, como também trazer a sua compreensão para além dos gêneros, mas sim uma expressão da Questão Social, como também, o modelo de sociedade que nela é embutida o ódio e a crueldade, que destrói a sociabilidade local, e que, para finalizar, toda essa sociedade de poder está estruturada em um patriarcalismo.

Com o avanço de pesquisas a respeito da violência contra a mulher no século XX, a violência passou a ser identificada em uma especificidade concentrada em relações

sociais de gênero, política e social. Esta análise nas teorias de sexo obtivera avanço no campo criminal e de estudo das feministas. Esse debate surgiu no Brasil em meados de 1970 a 1980, em que o movimento feminista teve um crescimento e trouxe um papel conscientizador sobre a igualdade de sexo.

Retornando para as considerações de Rita Segato, o patriarcado está articulado com uma política arcaica, onde se estrutura a desigualdade e a violência contra a mulher. Ela afirma que o patriarcado é hegemônico em toda sua ordem econômica, racial, social e política. Lagarde y de los Ríos também nos traz contribuições importantes, onde ela considera que o patriarcado está fundado na formação social historicamente falando, de acordo com a sociabilidade ali existente, já a autora Celia Amorós diz que o patriarcado é um sistema instável que exerce a dominação. Com isso, essa ação vem se modificando e se adaptando conforme as transformações sociais e econômicas, preservando sempre o exercício de poder do gênero masculino. A autora Bell Hooks também traz um conceito interessante a respeito do patriarcalismo, abaixo ela cita, que:

A violência patriarcal em casa é baseada na crença de que é aceitável que um indivíduo mais poderoso controle outros por meio de várias formas de força coercitiva. Essa definição estendida de violência doméstica inclui a violência de homens contra mulheres, a violência em relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo e a violência de adultos contra crianças. O termo “violência patriarcal” é útil porque, diferentemente da expressão “violência doméstica”, mais comum, ele constantemente lembra o ouvinte que violência no lar está ligada ao sexismo e ao pensamento sexista, à dominação masculina. (HOOKS, 2018, p. 74).

Nesta conjuntura, Segato apresenta um olhar para toda a América- Latina, na qual ela afirma que o patriarcado não se rompeu com a transformação da sociedade, mas se articulou com o novo Estado e capitalismo que ainda sim, mantém uma alta letalidade para as mulheres. Para ela, o processo de colonização e a conquista de territórios pelos homens fez com que tomassem essa posição na sociedade em tempos atuais. Enquanto o gênero masculino se torna o principal modelo societário, o feminino toma o espaço doméstico e uma vida comunal, assumindo uma “fragilidade”, dentro deste contexto.

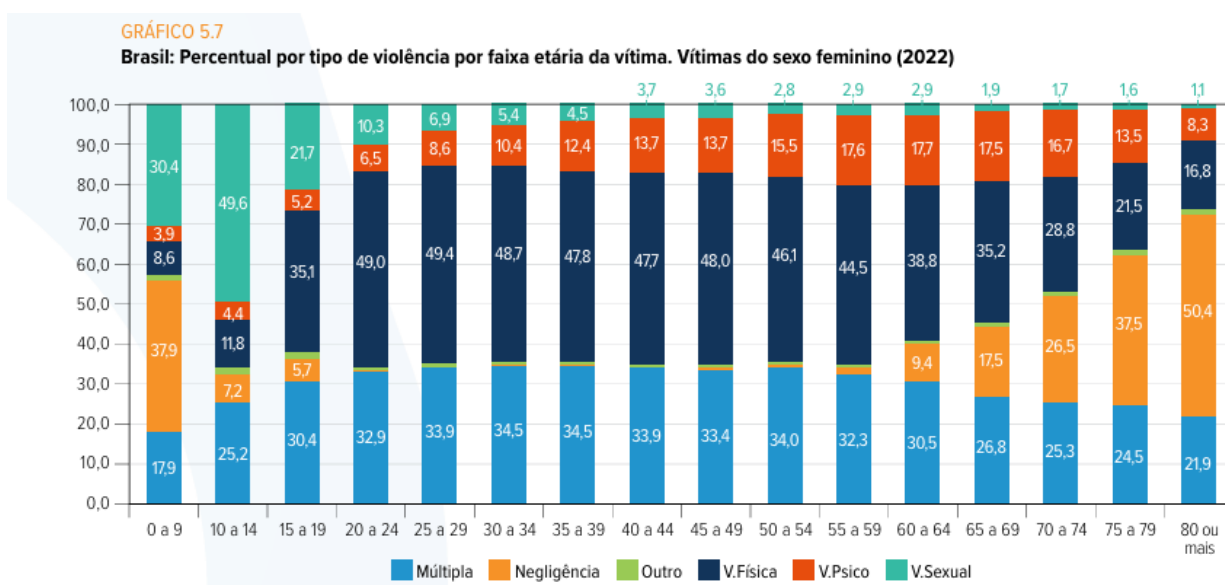
O capitalismo junto ao patriarcado se estrutura a partir da desigualdade dos gêneros, onde é visto historicamente que o poder é centralizado no masculino e que o patriarcalismo se fundamenta nesta desigualdade para potencializar sua influência e domínio, entre elas – moral, sexual, política e intelectual. Os autores afirmam que...

(...)Descobrimos que as hierarquias sexuais quase sempre estão a serviço de um projeto de dominação que só pode se sustentar por meio da divisão, constantemente renovada, daqueles a quem se procura governar”. Esta situação

se acentua ainda mais em tempos de avanços de projetos com servidores e fascistas, uma vez que, “como a política fascista tem, na sua base, a tradicional família patriarcal, ela é, naturalmente acompanhada de pânico sobre os desvios dessa família patriarcal”, o que torna transgêneros, homossexuais e mulheres potenciais ameaças a esta estrutura, justificando assim a necessidade de seu controle, público ou privatizado, por meio da violência patriarcalista estatalmente legitimada.(NIELSSON, WERMUTH, 2021, p.559).

Assim, é possível compreender que o patriarcalismo tem como objetivo a diferença social entre os indivíduos, onde a reprodução da hierarquia e dominação causa a dizimação de todos os outros gêneros e formas de expressão que seja ao contrário do poder masculino. Nisto as ações de dizimação do gênero feminino, como também diversas outras formas de violência se torna uma forma de declarar sua posição e autoridade. Em contramão, o corpo feminino se torna o meio para o lucro e a ponte para o domínio expressa numa sociedade em que essa violência patriarcal se torna impunitiva, garantindo assim a perpetuação dos dominados.

Gráfico 5- Percentual por tipo de violência



Fonte: Sinan/MS. Elaboração: Diest/Ipea e FBSP. Nota: Microdados do Sinan referentes a 2022 são preliminares e foram coletados em fevereiro de 2024.

Os dados apresentados no (GRAF.5), nos revela que a violência contra as mulheres no Brasil, ocorre de diversas formas em diversas etapas de sua vida. A maior ocorrência de violência psicológica, física e múltipla são em mulheres adultas, mostrando o controle e domínio do gênero masculino sobre o corpo das mulheres. O patriarcado contribui para a naturalização dessas violências, fazendo com que agressões, principalmente no ambiente familiar e nas relações sejam vistas como algo comum. Já a violência

psicológica, ocorre em quase todas as faixas etárias, mostrando que a violência contra a mulher vai para além das agressões físicas, mas afeta também a sua autoestima, autonomia e saúde mental.

Neste mesmo gráfico acima, é desvelado o alto índice de violência sexual entre crianças, adolescentes e jovens, evidenciando que meninas desde a sua infância são expostas a diversas formas de violências. Já a negligência se destaca entre meninas e mulheres idosas, indicando situações de abandono e falta de proteção. Enfim, estes dados nos mostram que a violência contra mulheres é um problema estrutural e patriarcal, devido a desigualdade de gênero existente em nossa sociedade.

Conforme análise de Segato, a derrota psicológica e moral da vítima trata a necessidade do homem em exibir sua dominação sobre a mulher, tornando completa sua sabedoria, podendo transmitir para outros que também fazem parte desta hierarquia de violência.

Há, nesta linguagem pedagógica da violência patriarcalista. Esta razão comunicativa violenta, que constitui na esfera pública a própria pedagogia da crueldade concretiza uma violência que, tal qual o poder, é produtiva, não apenas da destruição dos corpos, mas da produção de uma narrativa, cuja transmissão é fundamental no processo violento, pois sem a subordinação psicológica e moral, a única coisa que persiste é o poder de morte, e este, afirma Segato *“por sí solo, no es soberanía. La soberanía completa es, en su fase más extrema, la de “hacer vivir o dejar morir”. Sin dominio de la vida en cuanto vida, la dominación no puede completarse”*. De tal modo que o traço por excelência da soberania não se vislumbra no antigo poder puro de matar um ser subjugado, mas inclui sua derrota psicológica e moral, sua transformação em território meramente receptor da exibição do poder discricionário de morte do dominador, evidenciando sua condição de vida abjeta, matável. (WERMUTH, NIELSSON, 2021, p. 568).

O crescimento do feminismo foi muito importante para o processo ao combate da violência doméstica, dando visibilidade às violências que são praticadas, sendo visto como problema de saúde pública e política, na qual é envolvido os direitos humanos que foram violados. Até mesmo, pelo fato de a violência contra a mulher surgir por meio da relação entre homens e mulheres em âmbitos privados e domésticos que acabam por atingir setores públicos que contribui para novas formas de produção da violência contra a mulher. De forma ampla, a violência de sexo perpassa pelos crimes mais conhecidos tradicionalmente, o patriarcalismo e seu controle sobre o domínio do corpo da mulher vão do estupro a níveis mais escrupulosos.

Neste cenário se inscrevem as ações que circunscrevem o domínio masculino sobre os corpos femininos e o controle patriarcal sobre sua sexualidade, que vão desde estupros no casamento, os chamados assassinatos em defesa da “honra”, às mutilações genitais femininas, práticas humilhantes como testes de virgindade e, no caso de candidaturas a postos de trabalho, de gravidez, escolha do sexo do bebê no pré-natal e, no extremo da violência de gênero, feminicídio. (WERMUTH, NIELSSON, 2021, p. 560).

Segato também traz o conceito de “femigenocídio”, quando a violência contra a mulher ultrapassa eixos domésticos e familiares, mas que está inserido na dinâmica social, onde há um discurso de impunidade, legalidade e autoridade para perpetuação por partes dos homens, enquanto, para mulheres, há um discurso moralizador. O mandato do masculino demanda comprovações de pertencimento ao universo masculino, na qual, a homofobia, transfobia, misoginia e as diversas violências surgem a partir disso. Estes grupos que “confronta” este círculo de masculinidade sofrem diversas formas de violência. É nela instituído uma hierarquia sustentada pela fidelidade do patriarcalismo que se consolida dentro dessa sociabilidade, derivando assim, o corpo feminino como apropriação territorial do homem.

Assim, sanção, violência ou poder sobre o corpo da mulher tornam-se espaços e linguagens privilegiadas para significar o domínio e a capacidade de coesão de um grupo, confirmadas pela reiteração de práticas de longa duração, que confirmam esta função de capacidade normativa sobre o corpo feminino como um índice da união e força de uma coletividade social. (WERMUTH, NIELSSON, 2021, p. 564).

Em um contexto de intensificação acelerada de um projeto de poder de forma transnacional na qual assume características comuns do fascismo e patriarcalismo, é possível analisar o fortalecimento cada vez mais intenso dessa tendência a partir do avanço de discursos públicos autoritários, neocoloniais, neoliberais e neofascistas. Tais discursos se expressam de forma extremamente violenta e convergem para o controle, a dominação e a administração violenta do corpo feminino. Afinal, há uma vinculação entre a masculinidade e o fascismo, onde são acentuadas em períodos de crise.

Como citado anteriormente, no Brasil, as Leis Nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha e a Lei nº 13.104/2015, denominada Lei do Feminicídio, promoveu alteração no artigo 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), ao reconhecer o feminicídio como uma qualificadora do crime de homicídio, dando maior visibilidade e gravidade às mortes de mulheres em razão do gênero. Isso é importante para o avanço contra o patriarcalismo, pois assim promoveram medidas de enfrentamento, dominando que, qualquer ação contra

o gênero feminino e que cause o seu falecimento ou lesões morais, físicas, psicológicas, sexual ou patrimonial lhe cause uma pena judicial.

Os mecanismos de enfrentamento a violência contra a mulher no Brasil se intensificaram a partir de 2003, quando foi criada a Secretaria de Políticas para as mulheres que passou a combater a violência com políticas públicas específicas para este grupo. Com a Secretaria, passou a obter meios e instrumentos para o combate da violência contra a mulher.

Após a criação da secretaria são criados vários instrumentos protetivos a mulher, como por exemplo: os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha, a Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em situação de Violência, as Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, Norma Técnica do Centro de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Norma Técnica das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, entre outros. (LOPES, 2017, p.9).

Entretanto, durante o governo do ex-presidente Michel Temer, houveram mudanças na Secretaria de Políticas para Mulheres, visto que, durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, a secretaria tinha atribuições de um ministério, todavia, com retrocessos do governo posterior de Temer a secretaria foi posta junto a Igualdade Racial e os Direitos Humanos. Com isso, as transformações neste cenário público fazem com que as políticas públicas e sociais para as mulheres tenham uma queda em seu orçamento, dificultando assim sua execução e atividade nos municípios brasileiros, fragilizando-as e trazendo consequências diretas a garantia de direitos. Aumentando então, cada vez mais os casos de feminicídio no país.

Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a expressão máxima da violência de gênero é a morte. Seus dados informam que cerca de 40% dos crimes cometidos contra a mulher são realizados por parceiros e conhecidos. No Brasil, entre o ano de 2001 a 2011 houve mais de 50mil mortes por feminicídio, equivalente a 5.000 mortes por ano, entre o ano de 2020 e 2021, 7.691 mulheres foram assassinadas e em 2021, cerca de 3.858 mulheres foram mortas no Brasil.

Importante ressaltar que era um período na qual o país passava pela pandemia da COVID-19, momento em que muitas famílias ficaram de quarentena em seus lares. Esse número indica que em média de 10 mulheres eram assassinadas por dia, neste ano. O Relatório Atlas da Violência, no ano de 2023, apresentou uma queda na taxa de homicídios em modo geral, enquanto o feminicídio houve um aumento de 0,3%.

Figura 1

HOMICÍDIOS DE MULHERES NEGRAS

2.601 = 67,4%

mulheres negras foram vítimas de homicídio no Brasil, em 2021, o que representa 67,4% do total de mulheres assassinadas e **4,3 para cada 100 mil**.

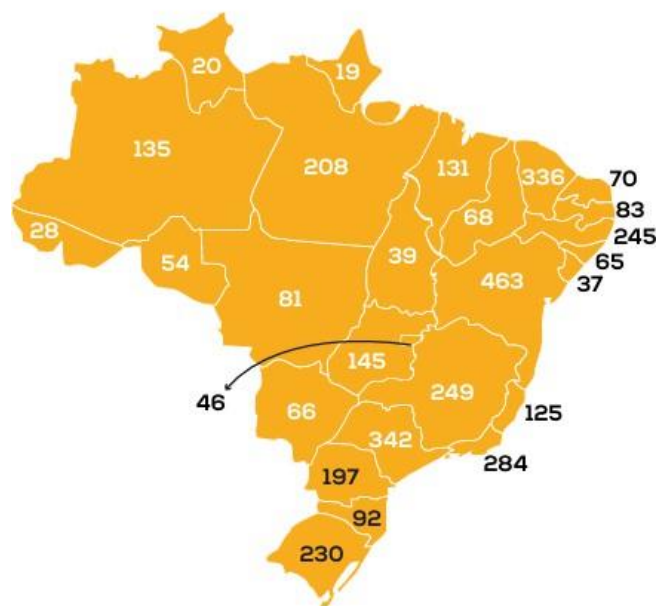
Fonte: Atlas da Violência (2023).

O dado apresentado indica que a violência contra as mulheres no Brasil incide de forma desproporcional sobre as mulheres negras. Em 2021, 2.601 mulheres negras foram vítimas de homicídio, número que corresponde a 67,4% do total de mulheres assassinadas no país. Além disso, a taxa de homicídios entre mulheres negras atingiu 4,3 mortes por 100 mil, evidenciando que fatores como raça e gênero se articulam para intensificar a vulnerabilidade desse grupo (FIG.1).

Não é possível debater violência de gênero sem pensar em seus recortes, ainda que este seja um fenômeno, tragicamente, vivenciado por todas as mulheres. Sem a lente da interseccionalidade é impossível compreender os números da violência contra mulheres no Brasil pois, se o objetivo é entender o fenômeno e enfrentá-lo, faz-se necessário conhecer as vulnerabilidades específicas de cada demografia. (IPEA, 2025, p. 57).

Figura 2

HOMICÍDIOS FEMININOS NOS ESTADOS



Fonte: Atlas da Violência (2023).

O mapa apresentado evidencia a distribuição dos homicídios femininos (feminicídio) nos diferentes estados brasileiros, demonstrando que esse tipo de violência se manifesta de forma desigual no território nacional. Observa-se uma maior concentração de casos em estados das regiões Sudeste e Nordeste (FIG.2). A violência contra a mulher nos traz um recorte com números exorbitantes de violência. Segundo Atlas da Violência, Mulheres negras (pretas e pardas) são as mais atingidas no Brasil, tendo cerca de 2.662 mulheres negras que foram violentadas em 2023, representando ao total dos feminicídios ocorridos em média de 68,2%. Esse número alarmante evidencia o racismo estrutural e o patriarcado enraizado no país.

Nos últimos onze anos (2013 a 2023), os registros apontam para 30.980 mulheres negras vítimas de homicídio. No período, isso representa 67,1% do total das vítimas, considerando os registros com causa definida do óbito. E em termos de taxa, se a variação nesse período aponta para uma queda de 20,4% – passando de 5,4 mortes por 100 mil em 2013 para 4,3, mortes em 2023 –, o percentual de diminuição é menor na análise dos últimos cinco anos (2018 a 2023), de 17,3%. No último ano (de 2022 para 2023), a variação volta a ser positiva, registrando um aumento de 2,4% na taxa (IPEA, 2025, p. 57).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em média 35% das mulheres já sofreram violência sexual/ou física executada por um conhecido ou pelo parceiro e até mesmo por desconhecidos, lembrando que ainda há um número alarmante de outras formas de violências. É notório que as estatísticas apresentadas revelam apenas uma pequena parcela de ocorrências que são apresentadas habitualmente. Ressaltando que os casos de feminicídio são agravos de comunicação compulsória no Sinan.

O serviço público na saúde é importante ao combate à violência a mulher, pois, normalmente são os primeiros locais que as vítimas procuram. É fundamental que tenha o acesso disponível e que o equipamento, quanto os profissionais sejam capacitados para realizar seus atendimentos diários, além de investimentos para rede pública de saúde para que tenham infraestrutura para atender a todas essas mulheres.

Neste contexto, é fundamental falar a respeito de uma interseccionalidade deste grupo, a mulher negra. Para este debate a autora Lélia Gonzalez traz grandes citações e reflexões fundamentadas para a desigualdade do gênero feminino e raça que estão profundamente enraizadas na sociedade brasileira. A autora relata sobre o racismo no Brasil, na qual, por muitas vezes além de serem de formas explícitas, são também de

forma naturalizada no cotidiano no formato estrutural na sociedade. Ela destaca que o racismo e o sexismo da mulher negra atuam de forma articulada com o patriarcado, sendo um processo histórico a partir do escravismo e da colonização que se consolidou essa “cultura” patriarcal.

No capítulo “*Racismo e sexismo na cultura brasileira*” do livro da autora, Lélia Gonzalez, “*por um feminismo afro latino americano*”, analisa como a cultura brasileira enraizada com estereótipos da mulher negra, representa a mulher negra sempre como uma pessoa subalterna e hiper sexualizada, sendo representadas em seu texto como a mulher mucama e a mulher do carnaval. Para este debate ela cita o mito da democracia racial, que seria a ocultação daquilo que realmente é mostrado, como a exaltação da mulher negra passista e a demonização da mulher negra quando não está ocupando este lugar. Tudo depende da situação em que a mulher negra está sendo vista.

“Olha aquele grupo do carro alegórico ali. Que coxas, rapaz.” “” Veja aquela passista que vem vindo; que bunda, meu Deus! Olha como ela mexe a barriguinha. Vai ser gostosa assim lá em casa, tesão.”” ““Elas me deixam louco, bicho.”” E lá vão elas, rebolantes e sorridentes rainhas, distribuindo beijos como se fossem bênçãos para seus ávidos súditos nesse feérico espetáculo... E feérico vem de “fée”, fada, na civilizada da língua francesa. Conto de fadas?” (GONZALEL, 2020, p. 80).

Neste trecho acima de Lélia Gonzalez, nos mostra a representação de uma construção hiper sexualizada da mulher negra. No imaginário social o corpo da mulher preta e parda é associado a sensualidade e a sexualidade, não sendo vista como indivíduo de direitos, mas sendo completamente invalidada e tendo o seu corpo transformado em objeto, dando a continuidade num processo de opressão do gênero masculino. Com isso, a mulher negra é socialmente aceita apenas quando ocupa lugares determinados: o da servidão ou o da sexualização.

Por outro lado, tem a figura da mulher preta como mucama, “Mucama. (Do quimbundo mu’kama “amásia escrava”) S. f. Bras. A escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que, por vezes, era ama de leite” (GONZALEZ, 2020, p. 81). A mucama atualmente representa a mulher negra associada ao trabalho doméstico e do lar, a exploração do seu corpo, do seu trabalho e a sua submissão. Essa imagem que vem do período do escravismo é atualizada em períodos atuais no mercado de trabalho e nas relações sociais, estando inseridas em locais precarizados e subalternos, nos revelando a opressão que a mulher

negra esta cometida e a naturalização da violência que é perpetrada sobre ela e sobre seu corpo.

Em seu outro capítulo, Lélia Gonzalez traz um importante debate para o feminismo negro, em seu livro *“Por um feminismo afro latino americano*, onde ela nos mostra dados importantes a respeito de mulheres negras, relatando como sua inclusão no mercado de trabalho é majoritariamente em trabalhos manuais que solicita grande esforço de sua força e mão de obra e recebendo baixa remuneração. Já em ocupações que requerem ensino médio ou superior no mercado de trabalho, mulheres negras representa baixa porcentagem com relação a homens brancos.

No nível médio de escolaridade, trabalhos como: serviço administrativo, recepcionistas entre outras, se concentram em grande parte mulheres, porém, utilizando-se do recorte racial é proporcionalmente maior a ocupação por mulheres brancas 29,7%, enquanto mulheres negras são de 14,4%. Isso porque, trabalhos diretos com o público requerem “boa aparência”, que significa que mulheres brancas se encaixam neste padrão societário, fazendo com que mulheres negras tenham grande dificuldades de ter um emprego. “A presença de mulheres negras é ainda mais limitada quando lidamos com o nível superior (profissionais especializadas, administradoras e empresárias): a proporção é de 8,8% brancas para 2,5 % negras” (GONZALEZ, 2020, p. 159).

Com estes dados apresentados, Leila González conclui que a discriminação racial e sexual faz com que as mulheres pretas e pardas sejam as mais atingidas, exploradas e oprimidas. Trazendo a noção ideológica desta construção na sociabilidade, crianças são ensinadas que homem branco e burguês é a meta a ser alcançado, se constituindo num grande ideal a ser almejado, enquanto ser uma mulher negra e pobre é considerado como algo ruim, trazendo a perda de identidade dessas crianças, principalmente meninas negras.

Apesar da situação de extrema inferiorização, a mulher negra exerceu um importante papel no âmbito da estrutura familiar ao unir a comunidade negra para resistir aos efeitos do capitalismo e aos valores de uma cultura ocidental burguesa. Como mãe (real ou simbólica), ela foi uma grande geradora na perpetuação dos valores culturais afro-brasileiros e em sua transmissão para a próxima geração. (GONZALEZ, 2020, p. 161).

Segundo o IPEA, a ilustração abaixo nos revela uma triste realidade para o grupo de mulheres negras (pretas e pardas). No ano de 2023, entre os 3.858 homicídios de mulheres registrados no Brasil, 2.601 vítimas eram mulheres negras, evidenciando a desigualdade racial na letalidade feminina. Quando analisadas as taxas por 100 mil

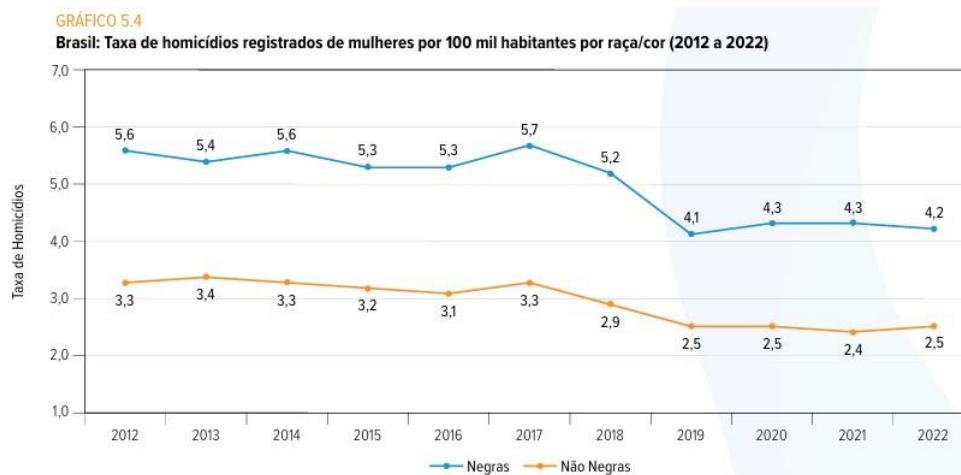
habitantes, observa-se que mulheres negras apresentaram uma taxa de homicídios de 4,3, enquanto entre mulheres não negras a taxa foi de 2,4. Esses dados revelam que mulheres negras estão significativamente mais expostas ao feminicídio (FIG.3).

FIGURA 3 - Homicídios



Fonte: IPEA (2023).

Gráfico 6- Taxa de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes por raça/cor.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Elaboração: Diest/Ipea e FBSP. Nota: O número de homicídios foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35 - Y36, ou seja, óbitos causados por agressão, intervenção legal e operações de guerra. O número de negras é a soma de pretas e pardas, não negras foi obtido pela soma de brancas, amarelas e indígenas.

Como mostrado no gráfico acima, a mortalidade da mulher negra tem a probabilidade de 1,7 vezes a mais do que mulheres não brancas. Em outros estados ainda

é possível se deparar com uma realidade ainda mais agravante. Em regiões como o Nordeste a possibilidade uma mulher negra sofrer um feminicídio é ainda maior que de uma mulher não negra. Esses dados nos revelam como o racismo estrutural e institucional, como também a interseccionalidade de raça e gênero são fundamentais para que esses números possam alcançar números exorbitantes de violência contra a mulher negra.

O movimento feminista, principalmente o trabalho de ativistas negras visionárias, preparou o caminho para reconsiderarmos raça e racismo, o que teve impacto positivo em nossa sociedade como um todo. Raramente, críticas sociais convencionais reconhecem esse fato. Como uma teórica do feminismo que escreveu extensivamente sobre a questão de raça e racismo dentro do movimento feminista (...) (HOOCKS, 2018, p. 73).

3.2 Programa MCMV, em Itabirito, MG, 2025

Antes de iniciar este capítulo, é importante apontar e refletir primeiramente a respeito da Questão Urbana no país. Uma das chaves fundamentais para este processo foi a industrialização, onde trouxe a formação do espaço urbano e os desdobramentos da produção territorial desigual, que foram se tornando cada vez mais comum dentro dessa realidade. O primeiro movimento de formação urbana (favela), originou-se no período da Primeira República (1889- 1930), como exemplo o Rio de Janeiro, com crescimento desigual e descontrolado do território.

A partir dos anos de 1930, iniciou-se a transição da produção agropecuária para a industrialização, o país transitou da economia das oligarquias para o grande capital, que trouxeram transformações nos centros urbanos devido a necessidade de instalação das indústrias dentro destes núcleos, alterando assim a dinâmica da economia voltada a uma maior acumulação de capital.

Paralelamente, essa situação elevou a ocupações de forma desordenada e precarizada de famílias mais pauperizadas, nos trazendo a observação de que através dos centros urbanos dentro do sistema capitalista, nos revela as desigualdades de classes que são expressas em territórios desiguais. No contexto da comunidade negra é ainda pior, onde há a separação de espaços ocupados pelos brancos e pelos não brancos.

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma

evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc. até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...]. No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. (GONZALEZ, 2020, p. 84).

Para que o sistema capitalista se estruture e se desenvolva, há a necessidade de que os centros urbanos possuam boa infraestrutura e investimentos, em contramão, que também possua locais sem infraestrutura adequada, sem investimentos (onde está localizada a comunidade mais pobre), e sem acesso a políticas públicas essenciais. As cidades durante a análise da questão urbana, é o local onde se produz e reproduz a força de trabalho, assim viabilizando trocas dentro desta sociabilidade tendo o Estado como centro para garantia das condições de vida e reprodução da classe trabalhadora.

Ao analisar o sistema capitalista no contexto da formação da sociedade brasileira, refletimos que ela foi fundada a partir da exploração do trabalho, pela desigualdade social, racial e pela subserviência cultural a países não europeus no período colonial. A posição do Brasil perante ao capitalismo mundial é posto por meio da burguesia e de seus interesses próprios, se tornando subalterno a países hegemônicos. Sua economia está entrelaçada ao capital dependente, onde mesmo que se produza riqueza, de antemão também produz desigualdades. Um dos principais pilares da desigualdade brasileira é a transformação “pelo alto”, ou seja, as decisões são tomadas de “cima para baixo”, onde o interesse da burguesia predomina e não atende as necessidades das classes mais pobres.

A dependência do Brasil com relação a outros países mercantis facilitou a conservação do colonialismo cultural, tornando seu mercado de exportação e as formas de se obter propriedades privadas como em períodos anteriores (períodos coloniais). A característica brasileira agora se predomina como modernizada e com índices elevado de economia, mas que sua população ainda permanece em situação de extrema pobreza. Com isto, a urbanização se expressa de acordo com as relações sociais e socioespaciais, em que as contradições e desigualdades se manifestam nos modos de moradia destes territórios.

A partir do ano de 1990, com a chegada do neoliberalismo ligado a reestruturação produtiva, a financeirização, privatizações e reforma estrutural, elas trouxeram uma mudança significativa na formação societária, trazendo uma maior precarização tanto em políticas públicas como sociais, mas também em segregação e extrema pobreza, aumentando o espaço de favelas nos territórios. No sentido do Estado e o mercado em que atuam juntamente para acumulação do capital, a moradia se torna uma mercadoria e serviços de lucro dentro do sistema capitalista, quando deveria ser compreendida como um espaço para viver e como garantia de direito social do sujeito.

Na medida em que o Estado se desobriga de garantir o direito à moradia ao não construir casas para os trabalhadores, enseja o aumento exponencial do número de favelas e espaços populares. Embora não seja um processo mecânico, podemos inferir que há uma relação direta entre esses dois fatores, haja vista que é nítida a ampliação da autoconstrução de casas com a realização de mutirões, e da verticalização das formas de habitar nas favelas, quase sempre destituídas dos padrões mínimos de segurança e higiene que uma moradia digna requer. (HELFREICH, 2024, p.128).

Pelo fato de a construção histórica brasileira ter sido por meio do colonialismo e escravismo o território brasileiro se constituiu num caráter racial e social. A construção da economia através do mercado de terras e a produção, como também investimentos em projetos e áreas urbanas contribui para a segregação dos espaços entre pessoas brancas e não brancas, ricos e pobres. A separação se fortalece a partir da formulação da Lei de Terras - Lei Nº 601/1850, na qual regulamenta a propriedade de terras no Brasil.

Essa lei faz com que os indivíduos possuam terras apenas através da compra, tornando o direito à moradia numa mercadoria. Com isto, os setores oligárquicos, como latifundiários e fazendeiros possuíram a maior parte de terras concentradas, enquanto os indivíduos que foram escravizados (negros e indígenas) não tiveram acesso a essas terras, o que resultou na desigualdade ao acesso a estes espaços, assim ocorre a segregação espacial, sobretudo, em favelas e cortiços.

A lógica do colonialismo não foi interrompida no contexto atual brasileiro, a divisão racial do espaço ainda é predominante, na qual, a população branca deixou os casarões no período colonial e hoje ocupam mansões, condomínios e residências de luxos, já a população negra deixou as senzalas para ocupar favelas e até mesmo habitações de interesse social que estão situadas em locais de baixa infraestrutura. Relacionando a separação territorial com o gênero feminino se torna ainda mais degradante, a desigualdade salarial entre homens e mulheres é exorbitante, assim como mulheres negras

ocupam em maior percentual trabalhos informais, na qual não lhe garante acesso a proteção social e as licenças remuneradas.

Resumidamente, dados que já foram apresentados neste capítulo e em capítulo anterior nos revelam desigualdades de gênero e raça que estão entrelaçadas entre si através da construção histórica do Brasil. Vimos que grande parte da população de mulheres brancas e negras ocupam espaço no mercado de trabalho como domésticas ou empregadas, na qual percebemos a articulação entre o racismo, o sexismo, o patriarcado e a pobreza. Com isso, surge a necessidade em ampliar as reflexões a respeito da moradia em que mulheres e principalmente, mulheres negras estão inseridas no território.

Atualmente o Brasil possui um dos maiores índices de déficit habitacional que é predominantemente feminino. “Esse fenômeno é observado nos dados levantados pela Fundação João Pinheiro, no Relatório de Déficit Habitacional no Brasil, a partir de coletas realizadas entre 2016 e 2019” (MACHADO, 2024, p.40). Até o ano de 2019, o déficit populacional feminino no Brasil era de 60%. Analisando a partir dos recortes de gênero, raça e renda observamos que entre 2016 e 2019 houve um aumento de déficit habitacional em casos de que as mulheres que são a responsável familiar e que recebe até um salário mínimo, em maior número foram identificados em domicílios de mulheres pardas. Em casos de ônus excessivo de aluguel (quando o valor do aluguel é superior ou igual a 30% da renda) foi identificado no mesmo ano que mulheres chefes de famílias são pardas e que recebem cerca de um salário mínimo predominava neste déficit.

Ademais, a autora cita que, “Além disso, a ocorrência desse tipo de déficit é muito mais comum entre arranjos domiciliares formados por mães solo, mulheres sem cônjuge e com filho(s) de até 14 anos de idade” (MACHADO, 2024, p.40). Com isso, percebemos que o gênero, a raça e o contexto social na qual a família está inserida reforça a sua desproteção e falta de dignidade para acesso a seus direitos. De acordo com o IBGE (2019), entre as aproximadamente 11 milhões de mães solo no Brasil, a maioria em 61% é composta por mulheres negras, ademais, 63% dos domicílios chefiados por mulheres negras com filhos de até 14 anos vivem em situação abaixo da linha da pobreza. Estes resultados das pesquisas realizadas pelo IBGE revela a precarização de mulheres nos territórios. Com isso, a autora nos traz a reflexão de que,

Esses dados explicitam um fenômeno denominado feminização da pobreza. Diante disso e conseqüentemente das dificuldades de acesso à terra, os territórios populares se configuram como uma solução para a

falta de moradia de mulheres, e especialmente mulheres negras (MACHADO, 2024, p.40).

Na interseccionalidade da mulher negra articulando-a ao território é possível compreender o espaço em que está situada, a autora Vitória Machado traz a análise de que a partir dos dados expostos, é possível compreender a relação entre a raça, renda e gênero e como isso afeta diretamente a população feminina negra. A autora desvela a “feminização da pobreza” e o déficit habitacional das mulheres, em que estruturada a partir da Lei de Terras, facilita a segregação de terras por raça, na qual expõe que o caminho encontrado pela população negra e em específico mulheres negras (pretas e pardas) foi o refúgio e moradia em favelas e ocupações. É visto que, o acesso aos direitos é determinado pela classe social e raça na qual a mulher está inserida. A moradia foi dada como um direito social em 1988 por meio da Constituição Brasileira:

Diante disso, vale evidenciar que a moradia só foi considerada um direito social no texto da Constituição Brasileira de 1988, doze anos depois, a partir da Emenda Constitucional Nº 26, de 2000, que alterou o texto do Artigo 6º para a seguinte redação: 40 Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 2000, artº6).

Diante desse cenário apresentado, a população mais pobre brasileira não possui condições de obter uma moradia digna, devido ao alto custo de um imóvel versus a baixa renda recebida pelo seu salário, ocupando assim locais insalubres e impróprios. As favelas e periferias expressam fortemente os déficits e problemas habitacionais presentes atualmente. Então para superar essa carência habitacional, é necessário a promoção ao acesso a moradias pela população mais pobre. “Defende a atuação do Estado no setor habitacional ao afirmar que a habitação é um bem com algumas características que indicam a necessidade de uma forte intervenção do Estado. É um bem de primeira necessidade, que depende do dispêndio de valores monetários expressivos” (RAMOS, NOIA, 2016, pág. 69).

Deste modo, uma intervenção por meio da União, Estado ou Município é necessária para que haja uma redistribuição de moradias para essa parcela da população, a fim de diminuir a carência habitacional e melhorar as condições de vida dessa população. Para essa articulação acontecer é imprescindível a necessidade em estudar e analisar as faltas de moradias e o mercado imobiliário para que construa políticas habitacionais que

atendam a essa demanda. Para isso, a intervenção do governo ocorre de diversas formas, como a direta na qual ela destina habitações para essa parcela da população que contém baixa renda ou a disponibilização de fundos públicos para promoção de habitações, há também a intervenção de modo indireto, que são o uso do solo.

Essas características, aliadas, sobretudo, ao fato de o elevado custo da moradia ultrapassar a capacidade de pagamento da população pobre e à ausência de um mercado de financiamento de longo prazo adequado, justificam a interferência do governo no mercado habitacional com vistas a uma maior eficiência alocativa e justiça social. (RAMOS, NOIA, 2016, p. 72).

Dentro das necessidades habitacionais observadas, a metodologia Fundação João Pinheiro (FJP), trabalha com duas vertentes habitacionais: inadequação de moradias e déficit habitacional. As moradias inadequadas são aquelas que refletem diretamente na qualidade de vida do sujeito, enquanto o déficit habitacional está relacionado às necessidades diretamente sociais, onde com consequência desenvolve projetos de construções habitacionais que diminua essa lacuna.

O reconhecimento ao direito à cidade e habitação surgiu no Brasil em 1988 através da Constituição Federal e a Lei 10.257 de 2001, onde recebeu o nome de Estatuto da Cidade. A promulgação da Constituição de 1988 trouxe a promoção de programas habitacionais pelo Plano Diretor estabelecido como instrumento para aplicação de políticas de cunho social nas esferas urbanas dos municípios. Com isso os municípios ganharam autonomia para identificação e intervenção em problemas habitacionais.

Desde a promulgação da CF de 1988, o Plano Diretor foi estabelecido como instrumento normativo na aplicação de políticas públicas urbanas na esfera municipal. Os municípios brasileiros ganharam mais autonomia no âmbito administrativo e mais liberdade para identificar as políticas públicas voltadas para o espaço urbano. Sobre essa questão está expresso no artigo 182 da Constituição Federal Brasileira: A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. § 1º – O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. (RAMOS, NOIA, 2016, p. 80).

Tabela 1- Déficit habitacional por sexo no Brasil

Especificação	Componente	Total			Composição		
		Homem	Mulher	Ignorado	Homem	Mulher	Ignorado
Norte	Precários	125.729	203.019	2.514	38,0%	61,3%	0,8%
	Coabitação	105.566	151.836	0	41,0%	59,0%	0,0%
	Ônus	70.817	113.848	0	38,3%	61,7%	0,0%
	Déficit	302.112	468.702	2.514	39,1%	60,6%	0,3%
Nordeste	Precários	290.864	408.347	4.045	41,4%	58,1%	0,6%
	Coabitação	130.530	235.923	0	35,6%	64,4%	0,0%
	Ônus	231.049	460.272	0	33,4%	66,6%	0,0%
	Déficit	652.444	1.104.542	4.045	37,0%	62,7%	0,2%
Sudeste	Precários	100.499	233.454	2.958	29,8%	69,3%	0,9%
	Coabitação	176.548	307.784	0	36,5%	63,5%	0,0%
	Ônus	592.830	1.029.568	0	36,5%	63,5%	0,0%
	Déficit	869.878	1.570.806	2.958	35,6%	64,3%	0,1%
Sul	Precários	88.065	104.114	1.185	45,5%	53,8%	0,6%
	Coabitação	49.471	48.311	0	50,6%	49,4%	0,0%
	Ônus	165.292	281.189	0	37,0%	63,0%	0,0%
	Déficit	302.827	433.614	1.185	41,1%	58,8%	0,2%
Centro-Oeste	Precários	45.998	70.669	1.193	39,0%	60,0%	1,0%
	Coabitação	34.990	48.919	0	41,7%	58,3%	0,0%
	Ônus	102.172	195.743	0	34,3%	65,7%	0,0%
	Déficit	183.161	315.331	1.193	36,7%	63,1%	0,2%
Brasil	Precários	651.156	1.019.603	11.895	38,7%	60,6%	0,7%
	Coabitação	497.105	792.773	0	38,5%	61,5%	0,0%
	Ônus	1.162.161	2.080.619	0	35,8%	64,2%	0,0%
	Déficit	2.310.423	3.892.995	11.895	37,2%	62,6%	0,2%
Total das RM	Precários	105.959	233.367	2.547	30,9%	68,3%	0,8%
	Coabitação	196.902	334.319	0	37,1%	62,9%	0,0%

Especificação	Componente	Total			Composição		
		Homem	Mulher	Ignorado	Homem	Mulher	Ignorado
	Ônus	488.826	948.180	0	34,0%	66,0%	0,0%
	Déficit	791.687	1.515.866	2.547	34,3%	65,6%	0,1%
Demais áreas	Precários	545.197	786.236	9.348	40,7%	58,6%	0,7%
	Coabitação	300.203	458.455	0	39,6%	60,4%	0,0%
	Ônus	673.335	1.132.439	0	37,3%	62,7%	0,0%
	Déficit	1.518.735	2.377.130	9.348	38,9%	60,9%	0,2%

Fonte: Fundação João Pinheiro (2024).

O conceito de Déficit e Inadequação Habitacional utilizado pela FJP – Fundação João Pinheiro, responsável por essa mensuração no Brasil, está ligado à “falta de moradias e/ou a carência de algum tipo de item que a habitação deveria estar minimamente fornecendo. Ele engloba tanto aquelas moradias sem condições de serem habitadas devido à precariedade das construções ou em virtude de terem sofrido desgaste da estrutura física e que devem ser repostas, quanto à necessidade de incremento do estoque, decorrente da coabitação familiar ou da moradia em locais destinados a fins não residenciais. O Déficit Habitacional pode ser entendido, portanto, como “déficit por reposição do estoque” e como “déficit por incremento de estoque” (FJP, 2025).

Conforme a (TAB.1), ela apresenta a distribuição do déficit habitacional no Brasil, por regiões, componentes do déficit (domicílios precários, coabitação e ônus excessivo com aluguel) e gênero da pessoa de referência do domicílio (homem, mulher e ignorado), evidenciando tanto os valores totais e quanto a composição percentual. Observa-se que, em todas as regiões do país, as mulheres concentram a maior parcela do déficit habitacional. No total nacional, do déficit de 6,2 milhões de domicílios, 62,6% têm mulheres como responsáveis familiares, enquanto 37,2% são chefiados por homens, confirmando uma expressiva desigualdade de gênero no acesso à moradia adequada.

Ao analisar os componentes do déficit, é possível observar que o ônus excessivo com aluguel é o principal fator em todas as regiões. Nesse componente, a desigualdade de gênero se intensifica, com percentuais femininos que ultrapassam 63% em praticamente todas as regiões, alcançando 64,2% no Brasil. Esse dado evidencia a maior vulnerabilidade econômica das mulheres, especialmente aquelas responsáveis pelo sustento familiar. Nos componentes domicílios precários e coabitação, mesmo que os percentuais sejam mais equilibrados, as mulheres também permanecem como maioria.

A partir do ano de 2003, houve a criação do Ministério das Cidades que se tornou o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano Integrado e Política Setorial de Habitação. No desenvolvimento urbano a habitação é para além de casas, mas sim, transporte público, saneamento básico, mobilidade e que garanta acesso a serviços públicos e sociais. No ano de 2004 foi criado o documento Política Nacional de Habitação na qual este documento articula a Questão Urbana com a carência habitacional.

Para o enfrentamento dessas questões, foi criada pelo governo o sistema de Habitação de Interesse Social (SHIS), na qual promove o acesso das pessoas mais vulnerabilizadas a moradia digna. Entretanto, é dever dos Estados e municípios elaborar o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS) e Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS). No entanto, numa crise econômica que se acresceu no Brasil

no ano de 2005, trouxeram mudanças significativas na política vigente, os autores enfatizam em seu artigo *“Política habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida”* que...

(...) No entanto, houve uma mudança na conjuntura política em 2005 que forçou o governo federal a negociar a ampliação da participação de partidos coligados no poder executivo. Entre as exigências feitas pela coalizão, a chefia do Ministério das Cidades era uma das prioridades. Para evitar o agravamento da crise política, o governo abdicou da proposta de desenvolvimento urbano integrado para as cidades brasileiras e o SNHIS foi continuamente enfraquecido, por meio da limitada influência dos movimentos sociais na discussão e deliberação da aplicação dos recursos do FNHIS. (FERREIRA et al ARAUJO, 2019, p.7).

Como resposta à crise econômica que surgia no Brasil em 2008, o governo tomava uma decisão importante, coletivamente, pela eleição de 2010 e pelos reflexos da crise no desenvolvimento econômico do país o governo adotou políticas que abrangiam investimentos públicos em infraestruturas, manutenção de créditos e o suporte aos segmentos mais atingidos pela recessão econômica. Desta forma a área de habitação recebeu investimentos para geração de mais empregos nas construções civis.

Em 2009 foi instituído o programa Minha Casa, Minha Vida em parceria com os setores de construção civil e imobiliário sendo transformada em Lei nº 11.977/2009, publicada no DOU no mesmo ano, logo depois convertida pela MP nº 510/2010, modificada para a Lei 12.424, de 16 de junho 2011. Com o propósito de garantir habitações para famílias que recebem até dez salários mínimos. “A construção da política foi pautada na distribuição de renda e inclusão social, facilitando o acesso à casa própria, com a meta de reduzir em 14% o déficit habitacional nos municípios que apresentassem população acima de cem mil habitantes” (RAMOS, NOIA, 2016, pág. 88).

Inicialmente, a meta era a construção de um milhão de moradias para famílias na qual a renda chegava a cerca de dez salários mínimos, em parceria com municípios, estados e setores privados com investimento de R\$34 bilhões. A construção e distribuição de unidades habitacionais são realizadas de acordo com o déficit habitacional apresentado de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Para a faixa de renda até três salários e de três salários até dez salários o processo ocorre de formas diversas, em foco para a menor faixa de renda, o processo é longo devido a várias etapas de tramitação, por este motivo o projeto, a construção e a entrega podem

levar um tempo a mais. Este processo perpassa pelo Fundo de Arrendamento Residencial, e pela Caixa Econômica, que realiza o processo da gestão de recursos dos beneficiários do programa. Na (FIG. 4) abaixo, demonstra o fluxo operacional realizado para os requerentes do programa Minha Casa, Minha Vida na faixa de zero a três salários.

Para o financiamento de unidades habitacionais para beneficiários com renda até três salários mínimos foi utilizada a intermediação do Fundo de Arrendamento Residencial. Para esse perfil de beneficiários a Caixa Econômica Federal, que faz a gestão dos recursos, não poderia avaliar a sua capacidade de pagamento, uma vez que uma análise cuidadosa impediria a aplicação da política para seu principal público-alvo e o alcance do objetivo de reduzir os níveis de déficit habitacional, cuja maior concentração encontra-se nessa faixa de renda (RAMOS, NOIA, 2016, p. 90).

Figura 4- Fluxo operacional do PMCMV na faixa de zero a três salários mínimos



Fonte: Caixa Econômica Federal (2009).

Para essas famílias com renda de zero a três salários mínimos foi assegurado a isenção de taxa nas habitações. Neste mesmo período de 2009 e 2010 o programa Minha Casa, Minha Vida efetuou um número elevado de contratos na qual subsidiou moradias, diminuindo o déficit habitacional de muitas famílias, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para as famílias com a faixa de renda até três salários mínimos foi de 626 mil unidades habitacionais construídas na primeira fase do Programa.

Apesar dos contratos efetuados, Andrade (2012, p. 49) destaca, com base no relatório divulgado pela Caixa econômica Federal (CEF) no ano de 2012, que “somente 25% dos imóveis viabilizados pelo MCMV 1 foram entregues, 44% foram concluídos, mas não entregues e 31% estão em obras”. Destaca ainda que “aproximadamente 50% das obras da faixa 1 [até 3 SMs] e cerca de 40% das obras das outras faixas [3 a 10 SMs] estão com menos da metade da evolução física concluída” (RAMOS, NOIA, 2016, p. 92)

Conforme a citação acima, situações como esta podem ter ocorrido por diversos motivos, como falhas no processo do programa, demora em entregas de prazos e a falta de interesse dos setores privados, como as construtoras para os empreendimentos de baixa renda, na qual havia baixo faturamento anual destas. A dinâmica deste programa habitacional também nem sempre se leva em conta o déficit habitacional apresentado pelo município, por vezes cedem a interesses de setores privados com relação a localização para as construções das unidades habitacionais, moradias precárias, não atendendo a princípios como o direito à cidade e a reforma urbana, se contradizendo então a seu papel de dizimar a carência urbana e dizimar aquilo que reforça o déficit habitacional.

Observa-se que o Programa Minha Casa, Minha Vida foi realizado com o objetivo de incentivar a demanda habitacional e manter o mercado financeiro, sem apresentar propostas efetivas para enfrentar a segregação territorial e a questão urbana, aspectos que constituem a política urbana brasileira.

O programa também foi utilizado pelo governo como forma de solucionar a crise econômica. Como resposta à crise mundial, o governo federal buscou promover uma política de habitação com apelo social. O PMCMV institucionalizou e centralizou as políticas habitacionais antes dispersas em vários órgãos e sujeitas às discontinuidades. O Minha Casa, Minha Vida significou a criação da marca de um programa que abarca uma série de subprogramas, modalidades, fundos, linhas de financiamento, tipologias, agentes financeiros, agentes operadores e formas de acesso ao produto da casa própria. (FERREIRA et al ARAUJO, 2019, p.8).

Atualmente, o programa MCMV retorna com um novo caráter, através da Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023, posteriormente convertida na Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023. Esta nova versão do programa busca obter melhorias nas localizações dos empreendimentos habitacionais, assegurando maior proximidade ao transporte público, a Unidade Básica de Saúde (UBS), escolas, comércios, serviços básicos e demais equipamentos públicos. Ademais, o programa vigente ampliará a oferta de moradias, com a construção de mais imóveis ou da requalificação de moradias a fim da promoção de uso, financiamento de imóveis e melhorias habitacionais.

Conforme a portaria MCID Nº 725, de 15 de junho de 2023, está previsto pela União as especificações urbanas para efeito de implementações e projeto das obras das unidades com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial e do Fundo de Desenvolvimento Social, participantes do Programa Minha Casa, Minha Vida habitacionais (TAB 2).

Tabela 2 - Especificações urbanísticas

1. Localização do terreno
a) O empreendimento deve estar inserido em área urbana consolidada ou em área de expansão urbana previamente definida no Plano Diretor ou legislação urbanística municipal vigente.
b) O empreendimento localizado em área de expansão urbana deverá estar contíguo à malha urbana e dispor, no seu entorno, de áreas destinadas a atividades comerciais locais.
c) A contratação de empreendimento inserido em área de expansão urbana instituída após 10 de abril de 2012 está condicionada a comprovação do atendimento ao estabelecido no art. 42-B, da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade.
2. Disponibilidade de Infraestrutura Urbana Básica (até 300 m dos limites da poligonal do empreendimento)
a) Rede de energia elétrica e iluminação pública instalada;
b) Rede de abastecimento de água potável instalada;
c) Solução esgotamento sanitário e coleta de lixo implantada;
d) Vias de acesso e circulação, preferencialmente pavimentadas; e
e) Itens de drenagem pluvial, guias e sarjetas.
3. Acesso a Equipamentos Públicos Comunitários de Educação
a) Acesso a escolas públicas de educação infantil (0-5 anos) a uma distância caminhável máxima de 1 km computado a partir do centro do terreno.
b) Acesso a escolas públicas de ensino fundamental (Ciclo I/6-10 anos) a uma distância caminhável máxima de 1,5 km, computadas a partir do centro do terreno ou transporte público escolar.
c) Acesso a escola pública de ensino fundamental (Ciclo II/11-15 anos) a uma distância caminhável máxima de 1,5 km, computada a partir do centro do terreno ou acessível por transporte público coletivo em tempo inferior a 20 min, considerando no cálculo o tempo de deslocamento por caminhada até o ponto de embarque e após o desembarque.
4. Acesso a Equipamentos Públicos Comunitários de Saúde e Assistência Social (apenas para municípios com população superior a 100mil hab.)
a) Acesso a Equipamento de proteção social básica (CRAS) a uma distância caminhável máxima de 2km, computada a partir do centro do terreno, ou acessível por transporte público coletivo em tempo inferior a 25 min, considerando no cálculo o tempo de deslocamento por caminhada até o ponto de embarque e após o desembarque.
b) Acesso a Equipamento de saúde básica (UBS) a uma distância caminhável máxima de 2,5 km, computada a partir do centro do terreno, ou acessível por transporte público coletivo em tempo inferior a 30 min, considerando no cálculo o tempo de deslocamento por caminhada até o ponto de embarque e após o desembarque.
5. Acesso a Comércio e serviços
a) Acesso a ao menos um equipamento de uso cotidiano (padaria, mercearia, mercados ou farmácia) a uma distância caminhável máxima de 1 km, computada a partir do centro do terreno.
b) Acesso a ao menos um equipamento de uso eventual (supermercado, agência bancária, lotéricas ou correios) a uma distância caminhável máxima de 1,5 km, computada a partir do centro do terreno, ou acessível por transporte público coletivo em tempo inferior a 20 min, considerando no cálculo o tempo de deslocamento por caminhada até o ponto de embarque e após o desembarque.
6. Transporte Público Coletivo
a) Municípios com população maior que 250 mil: 2 ou mais itinerários.
b) Municípios com população entre 100 e 250 mil: pelo menos um itinerário de transporte público coletivo que atenda o empreendimento.
c) Municípios abaixo de 100 mil habitantes: não exigido.

Fonte: Caixa Econômica 2024.

O público alvo no programa vigente atenderá famílias com rendas até doze mil reais e renda anual de cento e quinta mil reais, para áreas urbanas e rurais, de acordo com a Portaria n.º 399, de 22 de abril de 2025. Agora em destaque, pois é o público alvo principal deste trabalho, as famílias da Faixa 1 com renda bruta de até 2850,00 mensais e de 40.000,00 anuais receberá recursos da União sob subsídios para o Minha Casa Minha Vida. Cabe então destacar que, serão utilizados recursos da União, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), subsidio habitacionais destinadas a Faixa 1, reiterando que fica a responsabilidade ao ente público local (Estado ou Município) ou setores da Construção Civil em modalidade MCMV- FAR o atendimento ao público requerente.

Para a FAIXA 1 com renda bruta de até 2850,00 mensais, para finalidade de enquadramento no programa habitacional, renda obtidas por auxílios-doença, seguro desemprego, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família (PBF) e auxílios acidentes não são computados como valores somados a renda do requerente, assim garantindo a articulação entre as políticas públicas e o acesso a moradias, focando nas famílias mais vulnerabilizadas.

Neste mesmo sentido, famílias da Faixa 1 que recebem auxílios BPC e PBF estão isentos das prestações mensais das residências subsidiadas pelo programa, o imóvel recebido será 100% gratuito conforme rege na Portaria nº 1.248, de 26 de setembro de 2023, na qual define o modo de funcionamento e participação dos beneficiários.

“Ressalta-se que, a depender da linha de atendimento, compete ao Ente Público Local realizar o cadastro habitacional e a indicação de famílias candidatas ao benefício. Dessa forma, deverá o Município, Estado e Distrito Federal estabelecer os critérios de seleção dos beneficiários, observando os já estabelecidos pelo Ministério das Cidades por meio de seus normativos” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2025).

Referente a prioridades de atendimentos, de acordo o Ministério das Cidades, serão: Mulheres representantes e responsáveis familiares, pessoas idosas conforme o (Estatuto da Pessoa Idosa), Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, sendo obrigatório adaptações no imóvel destinados a esta parcela. Crianças e adolescentes conforme o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Pessoas com deficiência conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 e pessoas com transtorno do espectro autista como disposto na Lei nº

12.764, de 27 de dezembro de 2012, incluindo também pessoas com câncer, doença degenerativa ou crônica rara.

Também estão inseridos nas prioridades de atendimentos: pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social conforme a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) seguido a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, pessoas constituídas em povos tradicionais e quilombolas, residentes em áreas de risco ou que tenham perdido imóvel por decorrência de desastres naturais situadas em localidades em situação de calamidade pública ou situação de emergência, até mesmo deslocamento involuntário de imóveis devido a obras federais, pessoas em situação de rua e mulheres vítimas de violência doméstica conforme a Lei Maria da Penha como disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Demais critérios podem ser adicionados conforme os Estados, Distrito Federal, Municípios e demais entidades, sendo relacionados as situações de vulnerabilidade social e econômica.

Por meio do Diário Oficial da União é divulgado em 21 de novembro de 2023 na Portaria MCID Nº 1.482, as propostas dos novos empreendimentos habitacionais em áreas urbanas do Programa Minha Casa, Minha Vida. Nos termos dos incisos I e II do art. 1º da Portaria MCID nº 727, de 2023, é estabelecida a proposta de empreendimentos incluindo o Município de Itabirito- Minas Gerais, contendo 144 unidades habitacionais, com o nome do empreendimento de Padre Adelmo I, produzidas por uma construtora privada. Este programa municipal de interesse social tem a finalidade em produzir mecanismo para que o déficit habitacional diminua e que a parcela mais pobre e vulnerabilizada do município tenha acesso a moradias

Sancionada pela Câmara Municipal do município de Itabirito a Lei 4040 em 19 de março de 2024, na qual, por eles é instituído O Programa Habitacional de Natureza Social que será coordenada e realizada pela Secretaria Municipal de Política Urbana e Habitação, conforme as diretrizes do Plano Diretor vigente no município de Itabirito. Esta Lei estabelece que empreendimentos que una Poder Público e entidades privadas as indicações das famílias serão realizadas pelo Poder Público Municipal. Este programa destinará unidades habitacionais para famílias que estejam em situação de vulnerabilidade social ou risco social, priorizando famílias que tenham até três salários mínimos como renda bruta.

De acordo com o Art 5º da Lei Municipal 4040, o programa estabelecido em Itabirito tem a finalidade de:

- “I- Garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade;
- II- Contribuir para a redução de déficit habitacional do município;
- III- Fomentar o desenvolvimento econômico e social do Município mediante:
 - a) Estímulo à construção civil e ao comércio local;
 - b) Aumento da oferta de emprego;
 - c) Ampliação das oportunidades de inclusão social com distribuição de renda;
 - d) Fortalecimento das famílias, garantindo o acesso destas à moradia digna;
- IV- Propiciar a melhoria das condições de habitabilidade;
- V- Dar segurança à família, mediante a garantia da regularização da nova moradia com registro em cartório;
- VI- Combater a ocupação espontânea de áreas impróprias para moradia; (PREFEITURA ITABIRITO, 2024)”.

Será destinado por meio do programa habitacional, às famílias que estão em situação de risco social ou vulnerabilidade social e que residem na cidade de Itabirito no mínimo em cinco anos ininterruptos. Não possua imóvel em seu nome e que estejam inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), na qual todas essas circunstâncias será verificadas pela Secretaria Municipal de Política Urbana e Habitação, o Conselho Municipal de Habitação (CMH) e outras secretarias que estão articuladas neste processo do programa habitacional de interesse social. É decidido por meio da Portaria Nº 399, de 22 de abril de 2025 as famílias incluídas na Faixa Urbano 1, com renda bruta mensal até 2850,00 serão atendidas pelo programa no município de Itabirito.

O programa vigente em Itabirito dará prioridades em destaque à: mulheres representantes familiares, mulheres que possuam baixa renda e mulheres vítimas de violência doméstica conforme a Lei Maria da Penha. Que possuam algum membro com deficiência em sua unidade familiar conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tenham pessoas idosas conforme o Estatuto da Pessoa Idosa, núcleos familiares que tenham crianças em idade escolar.

Moradores de locais em situação de risco e que possua laudo da Defesa Civil, pessoas que recebem o aluguel social e que não seja proprietário de imóveis ou que a situação de sua residência esteja inabitável conforme laudo da Defesa Civil também entrará nos critérios de participação do programa. As famílias que possuam imóvel inabitável ou que estejam em locais de risco de inundação ou risco geológico que forem

beneficiados pelo programa habitacional, deverão repassar seu imóvel de origem ao município.

Famílias com pessoas negras (pretas ou pardas) em sua composição de acordo com as normativas da Portaria Federal, Famílias Indígenas ou quilombolas de acordo com a Portaria Federal, pessoas em situação de rua ou com trajetória de rua de acordo com a Portaria Federal, famílias desalojadas devido a obras públicas federais como disposto na Lei Federal, famílias beneficiárias do aluguel social como previsto nas legislações federais e municipais, pessoas com câncer ou doença rara, crônica e degenerativa conforme Portaria Federal, que possua inscrição no cadastro único conforme a legislação municipal e federal solicita, assim como tempo mínimo de residência na cidade de Itabirito em cinco anos e que integra o déficit habitacional local, também entraram nos critérios de prioridade do município.

Conforme a Portaria Federal Nº 738/2024, art. 14 e 15 como também a Lei Municipal 3882/2023 será reservado a mulheres vítimas de violência doméstica (que tenham a medida protetiva em vigor), que estejam em situação de vulnerabilidade social, tenham baixa renda e representantes do seu núcleo familiar, dez por cento das unidades habitacionais. Pessoas idosas como o titular do cadastro terão três por cento das unidades habitacionais destinadas a estes. Pessoas com deficiência, ou que tenham câncer e doenças degenerativas terão três por cento das vagas destinadas a este público. Enquanto, o público beneficiário do Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e que tenham Microcefalia terão cinquenta por cento das vagas.

Ficam impedidos para a participação do programa habitacional em Itabirito- MG, segundo a Lei 14.620/2023 referente a Caixa Econômica Federal, da Portaria MCID Nº738/2024 e da Portaria MCID Nº 399/ 2025 famílias que ultrapassem o rendimento bruto familiar de 2850.00, pessoas que sejam proprietárias de imóveis residenciais em qualquer parte do Brasil, titulares que tenham contrato de financiamento imobiliário no Sistema Financeiro de Habitação (SFH) ou com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Famílias que receberam benefícios habitacionais (imóveis) nos últimos dez anos com recursos do Governo Federal (União, FDS, FGTS e FAR).

É imprescindível reiterar que para as famílias que forem beneficiadas é estritamente proibido a venda, o aluguel ou abandono do imóvel, devendo ser exclusivamente para uso do beneficiário e seu núcleo familiar. Famílias com indígenas ou quilombolas deverão constar no Cadastro Único.

Como proposto na Lei 3883 de 27 de junho de 2023, para obter seu direito nas unidades habitacionais conforme citado em parágrafos anteriores, a mulher representante familiar deverá comprovar por meio documentais, as mulheres que se adentram ao critério de violência doméstica deverá possuir a medida protetiva vigente, famílias que possuam baixa renda deverão estar inscritas no Cadastro Único, todas as famílias participantes do programa deverão estar inscritas no cadastro de pessoas beneficiadas (foi utilizado o aplicativo conecta itabirito para a realização da inscrição dos participantes).

Pessoas com deficiência deverão comprovar por via de avaliação biopsicossocial, o idoso deverá apresentar documentos oficiais que constem sua data de nascimento. Crianças e adolescentes no núcleo deverão comprovar por vias da certidão de nascimento, de guarda ou tutela e as pessoas com câncer ou quaisquer doenças degenerativas deverão utilizar dos laudos médicos para comprovação. É necessário ressaltar que mulheres que forem beneficiadas pelas unidades habitacionais pelo critério de violência doméstica e retornarem ao seu antigo agressor acarretará na perda do imóvel. É de responsabilidade dos órgãos gestores dos programas habitacionais no município:

- “a) implementar e manter sistema de cadastramento e de seleção de famílias passível de auditoria pelos órgãos locais competentes, sem prejuízo da atuação federal dos órgãos federais de controle;
- b) manter cadastro habitacional gratuito periodicamente aberto para inscrições e providenciar a atualização dos dados dos candidatos inscritos;
- c) orientar os candidatos sobre inscrição e atualização cadastral, com o correto preenchimento de suas informações, e sobre as regras, prazos e documentação necessária para participação no Programa;
- d) hierarquizar as famílias candidatas ao Programa, conforme critérios de priorização dispostos nesta portaria;
- e) verificar a autenticidade da documentação comprobatória de atendimentos aos requisitos e critérios previstos nesta portaria;
- f) encaminhar a relação de famílias, por meio eletrônico, para pesquisas de enquadramento ao Programa; (Redação dada pela Portaria MCID No 1.395, de 13 de dezembro de 2024)
- g) resguardados os dados pessoais dos candidatos, garantir ampla publicidade, por meio de publicação no diário oficial local com afixação em meio físico ou virtual do órgão local, com remetimento das publicações ao conselho de habitação local ou órgão equivalente” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2024).

3.3 Realidade e desafios para as mulheres, no programa MCMV, em Itabirito, MG, 2025

Para iniciar o debate principal deste capítulo serão utilizados alguns pareceres sociais elaborados que fazem parte do instrumento de trabalho, utilizadas durante as entrevistas realizadas pela equipe do Serviço Social, situada na Secretaria Municipal de Política Urbana e Habitação, para que contribua significativamente na operacionalização do programa Minha Casa, Minha Vida, vigente no município de Itabirito, Minas Gerais no ano de 2025.

A Secretaria Municipal de Política Urbana e Habitação (SUPUBH) é responsável pela articulação das políticas de planejamento regional, regularização urbana e fiscalização nas áreas de controle urbano do município. Suas atribuições envolvem o licenciamento e fiscalização de projetos de construção, cumprindo as legislações municipais relativas a edificações, zoneamentos e loteamentos. No âmbito habitacional, a pasta atua na definição de legislações voltadas à redução do déficit habitacional. Suas ações se concentram na formulação e implementação de políticas e projetos habitacionais voltados às áreas de interesse social. Dessa forma, a atuação da SUPUBH promove a melhoria da qualidade de vida da população.

Ela tem um papel fundamental no planejamento da cidade e na execução de políticas públicas relacionadas à habitação e ao uso do solo urbano. A secretaria foi criada em 2023, quando a antiga Secretaria de Urbanismo foi reorganizada para incluir também o setor de habitação, que antes estava sob outra secretaria – Secretaria de Desenvolvimento Social- Essa mudança ampliou as responsabilidades do órgão, em que, atualmente é responsável tanto pelo planejamento urbano quanto à moradia social. Um ponto importante para a atuação da Secretaria é a Lei Municipal nº 4.040, de 2024, que criou o Programa Municipal de Produção Habitacional de Interesse Social. Esse programa busca facilitar o acesso à moradia para famílias de baixa renda. Dessa forma, a Secretaria trabalha para diminuir o déficit habitacional e promover a inclusão social na cidade.

A organização interna da Secretaria conta com diferentes departamentos que atuam juntos para elaborar projetos urbanos, acompanhar obras, analisar pedidos de regularização fundiária e gerenciar programas habitacionais. Além disso, a Secretaria

trabalha em conjunto com o Conselho Municipal de Política Urbana (COMPURB), que é um órgão formado por representantes do governo, da sociedade civil e do setor privado. Na Secretaria Municipal de Política Urbana e Habitação de Itabirito-MG, o Serviço Social desempenha um papel fundamental na articulação das políticas habitacionais com as demandas sociais da população.

O principal objetivo da atuação do assistente social no programa/projeto é promover a inclusão social, garantindo que as famílias em situação de vulnerabilidade tenham acesso aos programas habitacionais, como o Minha Casa Minha Vida (MCMV). Além disso, o Serviço Social contribui para a identificação das necessidades socioeconômicas das famílias beneficiárias, realizando entrevistas e visitas domiciliares, trazendo assim a promoção da cidadania.

Conforme o Código de Ética do/a assistente social, Lei 8662 de 07 de junho de 1993 que regulamenta as atribuições e o papel dos assistentes sociais, bem como o SUAS (Sistema Único de Assistente Social), os assistentes sociais tem o papel fundamental em realizar a análise socioeconômica destas famílias realizando estudos e pesquisas, considerando os aspectos habitacionais, saúde, gênero e outras mais, para que haja uma seleção justa das beneficiarias do programa. Também possuem a atribuição em orientar e acolher as famílias participantes do programa habitacional, para que se esclareça dúvidas e oriente a respeito do processo completo do programa habitacional vigente.

É dever do/a assistente social articular com equipamentos multisetorial e intersetorial como os demais equipamentos públicos, para que atenda e articule as necessidades identificadas das famílias participantes. Promoção da cidadania para os moradores também é importante, para que conquiste justiça social e emancipação humana. A defesa intransigente dos direitos dos participantes é um papel fundamental do assistente social, visto que os participantes do programa estão em situação de vulnerabilidade social e risco social, para que então, busque formas de solucionar desafios apresentados durante este processo.

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II-Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à

garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2012, p 24).

A elaboração de projetos habitacionais, como definição de critério para participação e seleção das famílias beneficiárias também é atribuição e competência do/a assistente social na Secretaria Municipal de Política Urbana e Habitação. O assistente social também terá a finalidade em selecionar conforme análise criteriosa que atenda aos critérios de prioridade, famílias que serão selecionadas e obterão seu direito e acesso a moradia digna concedida pelo programa Minha Casa, Minha Vida, Itabirito- Minas Gerais, 2025. Assim, buscando a integração das mulheres participantes às políticas de Estado e a concretização desta, realizando a justiça social das famílias elegíveis.

Ao observar a realidade das mulheres no programa Minha casa, Minha Vida em Itabirito 2025, primeiramente, é necessário resgatar a importância de analisar a violência contra a mulher e como o programa Minha Casa, Minha Vida, Itabirito, pode colaborar na promoção de uma vida mais digna a essas mulheres. A violência de gênero contra a mulher é uma das diversas expressões da Questão Social no Brasil, enraizada por viés estruturais da “cultura” misógina e patriarcalista.

Este fenômeno vai para além das esferas privadas, mas que em âmbitos do Estado constroem políticas públicas, na qual podem promover e garantir a autonomia das famílias e a proteção das mulheres em situação de violência. A violência doméstica e de

gênero é atravessada por questões sociais, raciais na qual intensifica as desigualdades vivenciadas pelas mulheres mais vulnerabilizadas

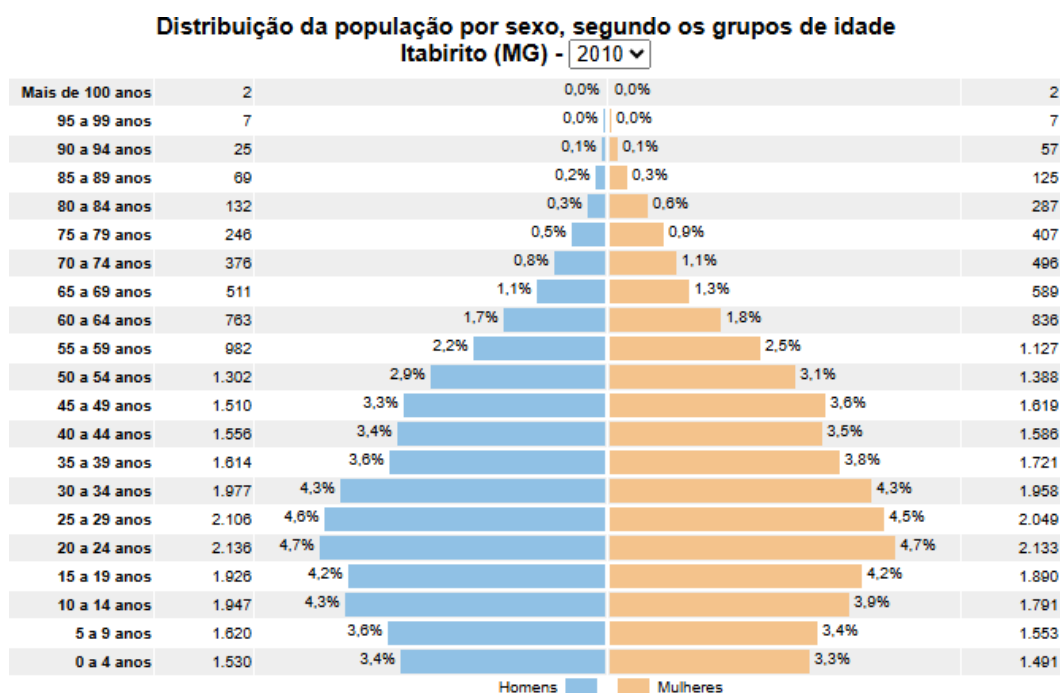
Neste contexto, é importante também dizer sobre a política habitacional como forma de emancipação humana dessas mulheres. A moradia é um direito social que foi assegurado pela Constituição Federal de 1988, na qual representa a garantia de direitos e dignidade humana. Para essas mulheres que estão em situação de violência e vulnerabilidade social, o acesso à moradia trazem a essa parcela o acesso a moradia que pode assegurar o rompimento com o ciclo de violência, uma vez que a dependência econômica e habitacional é um dos principais elementos que dificultam o afastamento a essa realidade na vida das mulheres violentadas.

O programa MCMV-2025, ao estabelecer em suas portarias e legislações tanto municipais, quanto da União critérios de priorização para mulheres chefe de família e mulheres vítimas de violência doméstica, reconhece essa desigualdade de gênero e busca enfrentá-las por meio da política habitacional no município. A titularidade do imóvel para as mulheres e os critérios de prioridade para a seleção de famílias beneficiadas, são importantes para o fortalecimento da autonomia das mulheres participantes do programa, reduzindo a vulnerabilidade social ou o risco social.

A análise do MCMV em Itabirito-MG nos permite compreender as diretrizes da política habitacional e como ela se torna um instrumento de enfrentamento a violência de gênero. Identificando assim, seus limites, desafios e o modo na qual intervêm na vida dessas mulheres. O município de Itabirito, situado em Minas Gerais, registrou no censo do IBGE de 2010, o número de 5.449 habitantes. Conforme o Observatório do Trabalho de Minas Gerais, deste número 6.424 pessoas se autodeclararam pardas e 732 autodeclararam pretas. Com isso, é importante também analisar a questão racial e como isso se perpetua na vida das mulheres no âmbito da violência de gênero e a sua vulnerabilidade social.

Enquanto, de acordo com o (GRAF. 7), retirado do Censo IBGE 2010, mostra a distribuição das mulheres no município de Itabirito, conforme o grupo de idade, evidenciando que mulheres jovens e adolescentes se concentram em maior número habitacional neste mesmo ano, variando entre 1890 e 2049 mulheres. E que em totalidade, a população feminina é maior que a masculina no município, compreendendo a partir desses números a necessidade da discussão do gênero feminino neste território.

Gráfico 7- Distribuição da população por sexo em Itabirito no ano de 2010



Fonte: IBGE 2010

Para aprofundar a compreensão da realidade das mulheres participantes no Programa Minha Casa, Minha Vida em Itabirito, no ano de 2025, serão utilizados pareceres sociais elaborados a partir de entrevistas realizadas por assistentes sociais lotados à Secretaria Municipal de Política Urbana e Habitação. Esses pareceres foram produzidos como instrumento de apoio e contribuição à prática profissional do/a assistente social no âmbito do PMCMV vigente no município, para análise de elegibilidade das famílias que serão beneficiadas pelas unidades habitacionais.

Para identificar as mulheres em situação de violência nos pareceres sociais analisados, serão utilizados identificadores, como “Relato 1”, “Relato 2” e assim sucessivamente, com o objetivo de preservar a identidade das mulheres participantes do programa habitacional e para garantir o sigilo das informações e do profissional, como previsto no código de Ética do/a Assistente Social.

Relato 1- Trata-se de uma pessoa idosa que compareceu para atendimento do cadastro habitacional para o PMCMV em Itabirito, 2025. Durante a entrevista nos descreveu particularidades de sua vida na qual são marcadas por históricos de desafio em sua saúde física e psicológica. Também nos relatou residir em zona rural e não possuir

trabalho formal, o que impossibilitou sua contribuição à Previdência Social, na qual possivelmente não garantirá seu direito de aposentadoria por idade ou tempo de contribuição. Sua renda é proveniente do Bolsa Família.

A requerente informou ser acompanhada pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)- Adulto de Itabirito devido a sua condição psicológica atual. Seu aluguel apresenta ônus excessivo por ultrapassar 30% de sua renda total, comprometendo totalmente a sua renda e condições de vida. No momento da entrevista foi possível identificar certa dificuldade da participante em absorver e compreender o processo e os critérios do programa habitacional.

A situação apresentada evidencia formas múltiplas de violência e vulnerabilidades sociais que afetam mulheres em diversos grupos. A violência de sexo neste caso é perpetuada de forma estrutural e institucional limitando a autonomia de vida e a segurança dessa mulher. A falta de vínculo de trabalho e o não acesso à Previdência Social, junto a dependência de benefícios do Bolsa Família demonstra as desigualdades impostas às mulheres, que por muitas vezes, tiveram trabalhos informais, trabalhos não remunerados e exclusão de direitos em seu vínculo empregatício.

O ônus excessivo com aluguel e a baixa renda impacta diretamente em sua vulnerabilidade e condição de vida (visto como violência econômica), além disso, a dificuldade de compressão sobre o processo requer uma atuação qualificada e acessível pelo órgão público e assistentes sociais. A falta de informações e apoio pode se tornar uma barreira, reforçando assim a invisibilização da mulher. Este caso evidencia a profundidade da expressão social em mulheres idosas, reforçando a necessidade de políticas públicas para esta parcela da população feminina.

Relato 2- Neste exemplo é retratado uma mãe jovem, que durante o atendimento nos confidenciou que sua filha em idade escolar esteve em situação de violência doméstica e familiar perpetuada por seu bisavô (pessoa idosa) que atualmente se encontra em situação de encarceramento, por este motivo, ela não possui medida protetiva em vigor. No que se garante as condições de sua residência, nos informou que reside em imóvel cedido por familiares, porém, este imóvel se encontra em situação de precariedade.

A situação relatada acima mostra uma grave violação do direito da criança, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que intensifica sua

condição de vulnerabilidade social e emocional. No que se refere a sua condição habitacional, evidencia a fragilidade no acesso a moradia digna e segura evidenciando a política habitacional como estratégia de proteção social, instrumento fundamental para a garantia do direito à moradia digna e para o fortalecimento da autonomia feminina, especialmente neste contexto de violência doméstica e familiar.

Devido o encarceramento do autor, a criança que vivenciou situação de violência doméstica não há medida protetiva em vigor, isto a inviabiliza no processo habitacional, visto que há o critério de priorização de famílias em situação de violência doméstica e familiar com a existência da medida protetiva em vigor. A ausência de medida protetiva, ainda que houve a providência judicial, resulta na exclusão do critério de prioridade no programa habitacional, desconsiderando os impactos sociais e psicológicos da violência sofrida pela criança e pela sua mãe, representante familiar responsável.

Relato 3- Este relato é apresentado por uma mulher também participante do programa MCMV Itabirito, na qual nos informa histórico de violência doméstica vivenciado por ela e sua filha em idade escolar, na qual foram praticados pelo ex-companheiro. A entrevista nos destacou que a medida protetiva se encontra vigente em favor a sua filha criança, porém, a medida concedida a ela não está mais ativa. Além disso, nos relatou um alto custo com aluguel, na qual é incompatível com sua realidade econômica.

Este relato traz de forma clara a violência doméstica e de gênero que mulheres e crianças sofrem atualmente. Essa situação demonstra como a violência ultrapassa o âmbito da relação íntima entre os companheiros e atinge diretamente as crianças, violando direitos como previsto nas legislações brasileiras. A medida protetiva da entrevistada não estar em vigor expõe uma proteção desigual e fragilizada, com probabilidade da continuidade de situações de risco e violência. Onde também se torna um motivo de exclusão no programa devido aos critérios de prioridade estabelecidos.

Ela também se encontra numa situação de vulnerabilidade social devido ao alto custo com aluguel que é incompatível com sua renda bruta, comprometendo assim o acesso as necessidades básicas e a insegurança familiar. Nesse sentido, MCMV se configura como um direito fundamental e uma estratégia de proteção social, ao possibilitar melhores condições de vida, autonomia e segurança para mulheres e crianças em situação de violência doméstica.

Relato 4- A entrevistada trata-se de uma mulher idosa participante do MCMV Itabirito 2025, na qual nos relatou ser aposentada por tempo em serviço rural. Ela apresenta baixa escolaridade, sendo identificados durante a entrevista ter dificuldade em leitura e escrita. Atualmente reside com suas duas netas que são adolescentes, que são filhas de sua filha falecida, que foi assassinada pelo seu companheiro.

A senhora nos relatou durante a entrevista que, no período que as duas adolescentes residiam com o autor das agressões e violência as duas adolescentes sofriam violência psicológica pelo mesmo. A entrevistada nos relatou que nos dias de hoje, recebe apoio de seu filho e é acompanhada pela rede socioassistencial e de saúde do município.

Este caso demonstra a violência contra a mulher em sua forma mais extrema, em que a filha da senhora entrevista foi vítima de feminicídio, se desdobrando no âmbito familiar a vulnerabilidade e o risco social. A violência não se encerra com a morte, mas atinge diretamente as duas adolescentes, que foram submetidas à violência psicológica. A violência perpetrada é baseada no patriarcado, que atravessam as famílias e produzem múltiplas expressões da questão social.

A atuação do Serviço Social se mostra central no acompanhamento desse caso, tanto na identificação das situações de violência e vulnerabilidade quanto na mediação do acesso às políticas públicas. A política habitacional contribui para a ruptura dos vínculos associados à violência, e promovendo a proteção das adolescentes sob responsabilidade da avó.

Relato 5- Este relato apresenta uma mulher participante do PMCMV, Itabirito 2025, que compareceu com sua filha em idade escolar a entrevista. A entrevistada nos informou que solicitou o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ao INSS com apoio do CREAS Itabirito, equipamento que é acompanhada no município. A mulher nos confidenciou que em sua infância foi vítima de violência sexual e que atualmente ela e sua filha passam por situações de abuso. Ambas possuem medida protetivas vigentes atualmente. A entrevistada é acompanhada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Rede de Saúde do município. A entrevista nos relatou que foi beneficiária do Aluguel Social, porém este auxílio foi suspenso neste momento.

Devido a sua condição de saúde, não exerce atividades diárias além de ter o quadro de esquizofrenia, na qual necessita de acompanhamento integral dos serviços

socioassistenciais e da saúde para conduzir sua rotina. Sua única renda familiar é proveniente do Programa Bolsa Família, valor insuficiente para garantir as necessidades básicas da família.

Durante a entrevista, foi identificado que a mulher entrevistada possui baixa escolaridade e não concluiu o ensino fundamental, apresentando dificuldades para compreensão do segmento da entrevista realizada. Declarou não ter apoio familiar e nem de conhecidos e que se preocupa com sua filha devido o histórico de violência sexual sofrida, além da perda do aluguel social e não possuir condições para trabalhar.

Essa análise evidencia uma trajetória marcada por múltiplas expressões da violência e da vulnerabilidade social, em que evidencia a permanência e a reprodução da violência de sexo ao longo do ciclo de vida, atingindo também a criança. Sua instabilidade econômica agrava sua situação de insegurança habitacional. A única renda familiar é proveniente do Programa Bolsa Família, valor insuficiente para garantir as necessidades básicas da família, o que intensifica a situação de vulnerabilidade social. A baixa escolaridade interfere no acesso à informação e ao exercício pleno de direitos.

Nesse contexto, o Programa Minha Casa, Minha Vida se configura como uma política estratégica para a garantia do direito à moradia e para o enfrentamento da violência de sexo, ao possibilitar maior estabilidade, segurança e proteção para mulheres e crianças em situação de violência. O serviço social contribui para o acesso aos benefícios socioassistenciais, para o fortalecimento da proteção social e para a efetivação de direitos, reafirmando o compromisso ético-político do Serviço Social com o enfrentamento das desigualdades e da violência contra mulheres e crianças.

Até o momento, ao total, 740 famílias foram entrevistadas, onde, apenas 432 famílias atendem a algum critério de participação para o programa habitacional vigente no município. Citarei a quantidade de famílias elegíveis por critérios estabelecidos conforme Portarias e Legislações Municipais e Federais. Das 432 famílias que atendem a algum critério 253 são mulheres chefes de família, 80 são pessoas com deficiência e 14 famílias estão situadas em áreas de risco, 48 famílias possuem idosos na composição familiar, 4 são pessoas com câncer ou doença rara e degenerativa, 116 são pessoas negras (pretos e pardos).

Dessas famílias 306 possuem menores de 18 anos em sua composição familiar, enquanto, 38 são as mulheres vítimas de violência doméstica na composição familiar das

famílias entrevistadas até o momento. Sendo necessário ressaltar que esses dados são apenas daquelas famílias que obtiveram documentações para comprovação dos critérios de prioridades estabelecidos, sendo excluídos aquelas famílias que se identificaram com algum critério mais não tiveram métodos para comprovar sua situação de vida durante as entrevistas.

Diversas mulheres nos relataram sofrer alguma forma de violência de sexo e violência doméstica, mas que não possuem a medida protetiva em vigor, ou que até mesmo não procuraram órgãos específicos que cuidam desses casos. Mulheres e crianças que possuem câncer ou doença rara, mas que não portam de laudos e relatórios médicos, assim como também a falta de apresentação de documentos no momento da entrevista. Famílias que residem em áreas de risco geológico ou inundação ademais outros riscos, mas que não possuem o laudo da Defesa Civil também não entram nos números citados acima.

É importante ressaltar o objeto de análise deste trabalho e o articular ao PMCMV, que foram informados no capítulo anterior, na qual, expressa e reconhece as desigualdades e violência contra a mulher e como ela se perpetua na Questão Urbana e na vulnerabilidade social, que foram construídas historicamente. O Programa Minha Casa, Minha Vida, assume um papel importante na promoção ao acesso as habitações e a justiça social. Prioridades articuladas a mulheres participantes são fundamentadas por consequência de a maior parcela de domicílios em situação de pobreza serem habitadas pelo gênero feminino, assim como o sofrimento devido a violência doméstica e familiar.

As desigualdades que correm no mercado de trabalho e baixos rendimentos também contribui para a sua vulnerabilidade, além dos trabalhos domésticos e cuidados com familiares, limitando assim o acesso a moradia digna, nesse sentido, o MCMV atua como um instrumento de proteção social. No que tange a violência de sexo e a violência doméstica, o programa avança ao estabelecer critérios específicos para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, conforme a Lei Maria da Penha, Nº 11.340/2006, usando desse artifício como ferramenta para o rompimento do ciclo de violência e garantia ao acesso das unidades habitacionais. No contexto racial, prioridades para pessoas negras também marca a busca de igualdade e a necessidade de políticas públicas para essa parcela social.

Em contrapartida, apesar dos avanços no Programa Minha Casa, Minha Vida, há aspectos que necessitam de revisão tanto em esfera Municipal como Federal para a maior efetivação do direito à moradia digna e para o enfrentamento das vulnerabilidades de gênero, sociais e das diversas formas de violência de sexo. Destaca-se, inicialmente, a dificuldade de acesso à informação por parte das famílias, especialmente das mulheres em situação de vulnerabilidade, como aquelas que vivenciam violência doméstica, apresentam baixa escolaridade e estão em contextos de pobreza, limitando o conhecimento acerca do processo habitacional no município, resultando no desconhecimento sobre a vigência do Programa Minha Casa, Minha Vida em Itabirito—Minas Gerais, no ano de 2025.

A falta de conhecimento do uso do celular ou a inexistência deste também contribui para a exclusão desse sujeito. Como consequência, diversas famílias não buscaram o órgão responsável pelo programa, como também não obtiveram informações sobre os procedimentos necessários para a inscrição, tanto no Cadastro Único quanto no aplicativo conecta, vias indispensáveis para a participação no processo de seleção habitacional.

Outro desafio encontrado refere-se à fragilidade na articulação entre a política habitacional junto à entidade responsável pelo atendimento e operacionalização do programa, a rede de proteção às mulheres e os demais equipamentos socioassistenciais do município, como os serviços de assistência social, saúde e o sistema de justiça. A ausência e fragilidade dessa articulação compromete a identificação de mulheres em situação de violência doméstica, além de dificultar a atuação dos profissionais a esta parcela da população feminina. Por fim, tal fragilidade impede o acesso prioritário dessas mulheres ao programa habitacional e limita o compartilhamento de informações essenciais entre as equipes do setor responsável, reduzindo o potencial do programa como instrumento de enfrentamento a violência contra a mulher.

A burocratização para a comprovação documental também é um entrave devido, por muitas vezes, as famílias especificamente mulheres, não dispor de documentos atualizados ou até mesmo a falta de documentação no momento da entrevista, ausência de laudos médicos para fins de comprovação do critério de prioridade para doença crônica e generativa, câncer e espectro autismo. Embora seja necessário a comprovação as

condições de vida das famílias interessadas, é possível notar a falta de conhecimento da obrigatoriedade da documentação.

A insuficiência de unidades habitacionais para atender a demanda existente no município também é uma preocupação, pois grande parte das famílias estão em situações vulnerabilizadas a se comparar pela quantidade de moradias que estão sendo construídas, trazendo um acirramento maior para o enquadramento e seleção de famílias. Outro obstáculo identificado ao acesso ao PMCMV diz respeito ao critério de tempo mínimo de residência no município, estabelecido pelo município de Itabirito em cinco anos, como requisito para participação no processo de seleção habitacional. Esta exigência configura como um fator excludente pelo fato de que, muitas vezes são obrigadas a mudar de município em razão de rompimentos de vínculos familiares, fuga de seu agressor ou oportunidades de trabalho, desconsiderando a instabilidade habitacional, social e econômica dessas famílias.

Mais um desafio observado para o acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida no Município de Itabirito- MG refere-se ao critério de mulheres que estão em situação de violência, em que, necessita de documentação comprobatória para serem incluídas nesta prioridade, sendo exigido a medida protetiva em vigor na data da entrevista socioeconômica. Esta exigência desconsidera o fato de que por vezes a violência não se encerra mesmo que Medida Protetiva não esteja mais em vigor, impactando de forma contínua a vida, a segurança e as condições socioeconômicas das mulheres. Com isso, mulheres que já sofreram alguma forma de violência doméstica e que possuíam a medida protetiva, mas que não estão mais em vigor perdem o critério de prioridade no processo, mesmo que continuem em vulnerabilidade social e econômica.

Observa-se a existência de contradições entre a legislação federal e a legislação municipal de Itabirito no que diz respeito aos critérios de renda para acesso à política habitacional. Enquanto o Programa Minha Casa, Minha Vida, em âmbito federal, estabelece como limite de renda mensal o valor de até R\$ 2.850,00, a legislação municipal exige renda de até três salários mínimos para a participação no programa. Essa diferença pode restringir o acesso de famílias que, embora se enquadrem nos parâmetros definidos pelo município, não atendem às exigências estabelecidas pela União.

Evidenciando assim, a necessidade de uma análise mais sensível as necessidades de mulheres vítimas de violência contra a mulher e familiar como as demais vulnerabilidades sociais identificadas, considerando que sua construção é de caráter estrutural, racial e continua se perpetuando na sociedade brasileira, em foco o município de Itabirito, para que se garanta o acesso ao direito à moradia digna e para que se efetive no município a política habitacional como meio de proteção social e reforma urbana.

Assim, cabe ao Serviço Social problematizar tais critérios, contribuir para a construção de estratégias intersetoriais e fortalecer práticas que reconheçam a moradia como um direito social e como elemento central para a autonomia e proteção das mulheres. o Serviço Social não apenas enfrenta a violência contra a mulher em suas manifestações imediatas, mas atua nas suas causas estruturais, contribuindo para a construção de políticas públicas efetivas, para o fortalecimento das mulheres enquanto sujeitos de direitos e para a superação das desigualdades que sustentam a violência contra a mulher.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões realizadas neste trabalho, é possível compreender e afirmar que a realidade das mulheres atendidas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida em Itabirito, no ano de 2025, são atravessadas por diversos fatores e desafios que vão para além do déficit habitacional. Embora o acesso a moradia represente uma autonomia e conquista, ela não traz a garantia completa e condições de vida digna nem mesmo traz a superação da desigualdade social e de gênero que se repercute na vida diária das mulheres do município de Itabirito que são atendidas pela SUPUBH.

As relações patriarcais e machistas assim como a violência contra a mulher, se permanecem intensas no sistema capitalista, na qual coloca as mulheres em posição de subordinação, em que são limitadas a trabalhos domésticos e familiares. Quando estão em campo de trabalho, possuem uma baixa remuneração, além de terem seu corpo utilizando como objetos de manejo do homem. Assim, promovendo a limitação de sua autonomia financeira e social, como também o acesso a políticas de saúde, educação entre outros. Essas situações estão diretamente ligadas as articulações do sistema capitalista, na qual aprofunda as desigualdades sociais e de gênero, precariza o trabalho e reforça a violência como instrumento para dominação e poder.

O capitalismo, em modo geral, traz a ação do estranhamento em nossa sociabilidade, a distinção entre os sujeitos na estrutura social traz uma hierarquização forçando a classe mais pobre a se tornar mercadoria devido a venda de sua mão de obra. A exploração do seu trabalho dentro deste sistema capitalista traz à tona as diversas expressões da Questão Social que são apresentadas dentro desse sistema econômico. Uma delas a violência contra a “minorias” que seriam essas mulheres que estão em contextos marginalizados neste contexto.

As mulheres integram um grupo historicamente tratado como minoria social e, onde tendem a ser desvalorizadas e controlados. A violência contra as mulheres se expressa na lógica patriarcal ainda presente na sociedade contemporânea. Tal violência se manifesta contra a autonomia feminina e o reconhecimento de sua dignidade e condição humana, assumindo diferentes formas e intensidades no cotidiano.

Diante disso, o Serviço Social é essencial na atuação junto a essas mulheres, contribuindo para a compreensão e leitura crítica da realidade, para que se garanta os

direitos dessas mulheres e traga o fortalecimento da rede de proteção e políticas públicas/sociais. A intervenção do/a assistente social possibilita a visibilidade às situações de violência, às desigualdades de gênero e às dificuldades para o acesso às políticas públicas, a escuta qualificada e o acolhimento, respeitando os limites e possibilidades apresentadas e reafirmando o compromisso ético-político da profissão com a justiça social e a defesa dos direitos humanos. A partir do exposto também é possível alcançar os níveis e gravidades das violências perpetradas contra mulheres, identificando a violência como um problema social, econômico e de saúde pública.

A superação de expressões da Questão Social, como o objeto de estudo, a violência contra a mulher, deve ser construída em uma sociedade que não está estruturada pelo capital, mas sim, uma sociabilidade que tenha superado a expropriação da força de trabalho e o acúmulo de riquezas da classe burguesa, como também o fim da exploração da classe trabalhadora, vencendo as articulações desse sistema que se enraíza em nossa sociedade, como o machismo, sexismo, a violência, racismo e todas as outras formas de preconceito e violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

BRASIL. **Instituto Maria da Penha**. Tipos de violência. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>. Acesso em: 26 jan. 2026.

BRASIL. **Senado Federal**. *Mapa Nacional da Violência de Gênero: boletins de ocorrência – tipos de morte*. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/mapadaviolencia/#/registros-policia/boletins-de-ocorrencia/tipos-de-morte>. Acesso em: 7 nov. 2025.

BRASIL. **Ministério das Cidades**. *Sobre o Minha Casa, Minha Vida*. Brasília, DF, 2023. Atualizado em 19 set. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida/sobre-o-minha-casa-minha-vida-1>. Acesso em: 8 jan. 2026.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 2 fev. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social**. 10. ed. rev. e atual. Brasília, DF: CFESS, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 14 jan. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Série Assistente Social no Combate ao Preconceito: Caderno 6 – Machismo**. Brasília, DF: CFESS, 2019. Disponível em: <https://antigo.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno06-Machismo-Site.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FATTORELLI, Maria Lucia. **Auditoria da dívida pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil**. [S.l.]: Autopublicação, 2023.

FERREIRA, G. G. et al. Política habitacional no Brasil: **uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida**. *Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, v. 11, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/jmR7Y6NdPqRwZf3PgQsVNjN/>. Acesso em: 5 jan. 2026.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2022**. Belo Horizonte: FJP, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/13FL-MVsULmFMjkQb1nQsYzO2JVhLQvwz/view>. Acesso em: 12 jan. 2026.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Observatório do Trabalho de Minas Gerais**. Disponível em: <http://observatoriotrabalho.mg.gov.br/>. Acesso em: 4 fev. 2026.

HELFREICH, Francine (org.). **Questão urbana, direito à moradia e Serviço Social**. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2024. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_5a96cbf94e594e3c8a4b2d845b73692c.pdf. Acesso em: 4 dez. 2025.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Disponível em: <https://dn721901.ca.archive.org/>. Acesso em: 26 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Itabirito (MG): cidades e estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/itabirito.html>. Acesso em: 14 jan. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da violência 2023: mulheres**. Rio de Janeiro: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

ITABIRITO (MG). **Secretaria de Habitação e de Regularização Fundiária**. Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS. Belo Horizonte, 2023.

LOPES, Nirleide Dantas. A violência contra a mulher no capitalismo contemporâneo. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**, 2017, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: <https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/>. Acesso em: 22 set. 2025.

MAGALHÃES, E. et al. **A magnitude invisível da violência contra a mulher**. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 451-454, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti; NAKATANI, Paulo (org.). **Introdução à crítica da financeirização**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2020.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MULHERES PROGRESSISTAS. **Violência contra a mulher: aspectos conceituais e sociais**. Disponível em: <https://www.mulheresprogressistas.org/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 2006. Disponível em: <https://docs.google.com/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

RAMOS, J. S.; NOIA, A. C. **A construção de políticas públicas em habitação e o enfrentamento do déficit habitacional no Brasil**. *Desenvolvimento em Questão*, v. 14, n. 33, p. 65-105, 2016.

SANTOS, Érika Danielle Pereira dos. **A violência de gênero como uma das expressões da “questão social”**. 2022. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022.

SANTOS, Silvana M.; OLIVEIRA, Leidiane. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital**. *Revista Katalysis*, Florianópolis, 2010.

SILVA, Edilene Marta da. **Violência de gênero e participação da mulher no mercado de trabalho formal**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – UFOP, Mariana, 2022. Disponível em: [MONOGRAFIA_TabalhoGêneroParticipação.pdf](#). Acesso em: 28 jan.2026.

TV BOITEMPO. **Playlist**. YouTube, 2021. Disponível em: <https://youtube.com/>. Acesso em: 3 out. 2025.

TV BOITEMPO. **Feminismo e anticapitalismo – Nancy Fraser**. YouTube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/>. Acesso em: 8 out. 2025.

TV BOITEMPO. **O capitalismo depende da família? – Judith Butler**. YouTube, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/>. Acesso em: 10 out. 2025.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; NIELSSON, Joice Graciele. **O domínio do corpo feminino**. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v. 123, p. 539-580, 2021.